

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE LETRAS – FLET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/MESTRADO – PPGL**

MARIANA SILVA CORRÊA

**A CONDIÇÃO DO FEMININO: EDUCAÇÃO E MORAL EM *AGNES GREY*, DE
ANNE BRONTË**

**MANAUS
2023**

MARIANA SILVA CORRÊA

**A CONDIÇÃO DO FEMININO: EDUCAÇÃO E MORAL EM *AGNES GREY*, DE
ANNE BRONTË**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Saturnino José Valladares López.

**MANAUS
2023**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C824c Corrêa, Mariana Silva
A condição do feminino: educação e moral em Agnes Grey, de
Anne Brontë / Mariana Silva Corrêa . 2024
70 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Santurnino José Valladares López
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Agnes Grey . 2. Irmãs Brontë. 3. Educação moralizante. 4. Era
vitoriana. 5. feminino. I. López, Santurnino José Valladares. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos iniciais, com certeza serão a Deus, pois sem Ele nada seria possível em eu ter traçado esse longo percurso até aqui. As lutas no caminho foram e ainda estão sendo enormes, mas na expectativa de alcançar o objetivo que é a conclusão dessa etapa em minha vida que é o mestrado.

Agradeço a minha mãe, Ana Maria, que até aqui tem sido a maior incentivadora nesses anos, mesmo que em muitos momentos eu tenha perdido as estruturas, a força de vontade que, me assolaram nesses anos passados, com a pandemia que levou pessoas muito queridas, ressuscitou a minha depressão, me deixando sem foco e sem força também para continuar os estudos. Palavras de uma mãe, são palavras de sabedoria e as dela têm sido essenciais para mim e, abaixo de Deus, é ela minha mãe quem tem me alavancado.

Agradeço à colega de trabalho, Sideny Paula, quem me incentivou desde o início a concorrer a uma vaga no Processo Seletivo, me encorajando, fazendo eu ver que era capaz de pleitear uma vaga.

Agradeço à colega que as aulas presenciais do Mestrado me deram, Waleska Danielle, que também sempre tem me dado palavras de apoio até hoje, e, nas aulas, nos ajudávamos nas Disciplinas e atividades que nossos estimados professores, nos propuseram.

Agradeço ao meu antigo orientador, professor Dr. Lajosy Silva, por ter escolhido o meu projeto, me orientado até onde foi possível e pela paciência em me direcionar aos escritos, bem como me recomendado leituras que me direcionaram na escrita e enriquecimento do trabalho.

Agradeço aos mestres e queridos professores doutores: Esteban Celedón, Nícia Zucolo e Cassia Maria Nascimento, que muito contribuíram com suas ricas aulas, com seus vastos conhecimentos ao nosso, ao meu, em especial enriquecimento intelectual e nos tornando indagadores, quando necessário, pertinentes a alguma dúvida que nos pairava à época.

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas e à Secretaria de Educação (SEDUC-AM) por proporcionarem, não só a mim, como também aos meus colegas de profissão que já concluíram seu mestrado, pela parceria firmada e que beneficiou profissionais que, com certeza, hoje estão aplicando na prática o que fora aprendido durante esses anos como mestrados.

Agradeço ao coordenador do PPGL, professor Dr. Cacio José Ferreira, pela paciência dispensada, pela objetividade nas palavras e ajuda em orientar os caminhos que devem ser feitos para que eu chegue ao objetivo, porque não está sendo fácil.

Ao meu orientador, professor Dr. Saturnino José Valladares López, pela paciência, pelo incentivo, pelas orientações de direcionamento da escrita nessa etapa final.

Agradeço aos meus gestores escolares: Emanuel Cardozo e Jaime Penedo que nas palavras, incentivavam e logo antes de haver a aprovação no processo seletivo, me permitiam sair para ir às aulas como aluna especial na Universidade Federal do Amazonas, no ano de 2014. Sabemos que nem todo gestor escolar permite, portanto, nada mais justo que agradecê-los. Sabemos das dificuldades diárias de ser professor, por inúmeros fatores. Além de estrutura, requer comprometimento e força de vontade também, pois nem sempre temos apoio de todos os lados, o que na maioria das vezes bate o desânimo, a falta de vontade em continuar, no entanto, através destes escritos, pude mencionar nomes e instituições que considero importantes e relevantes serem citadas, uma vez que cada um teve sua participação ímpar na minha trajetória enquanto mestranda.

RESUMO

Anne Brontë morreu sendo uma jovem autora. Era a irmã mais jovem das “Irmãs Brontë”. Seu estilo de escrita diferencia-se dos de Charlotte e Emily, pois Anne da forma como escreveu o romance, deixa nítida a vontade de ir em busca de uma identidade feminina em um contexto totalmente diferente do que se vivia no século XIX, na Inglaterra. Através da sua visão ampla para a condição da mulher, Anne traz uma leitura que se pode chamar de intimista, uma vez que devido a sua realidade, teria mais habilidade em lidar com a evolução social e moral da sociedade inglesa a retratar histórias de amor, como geralmente outros autores já faziam. A caçula das Brontë viveu uma curta e trágica vida, no sentido das privações materiais experimentadas, das humilhações profissionais sofridas e da irrealização amorosa amargada. Dona de uma sensibilidade aguçada, pertencia a uma camada social indefinida, pois embora não fosse rica, era a educada filha do pastor anglicano local, convivendo com moças igualmente educadas de famílias burguesas e mesmo nobres. Anne e as irmãs foram literalmente imprensadas entre duas classes: a burguesia ou nobreza (patrões) e a classe operária, representada ali pelos empregados domésticos comuns, que incorporando a ideologia patronal desprestigiavam e desdenhavam a governanta. Os episódios que ilustram essa situação são flagrados com maestria por Anne Brontë num relato sem exageros e destituído de autopiedade, quase como se o sofrimento não a atingisse. Sendo assim, apresento o romance *Agnes Grey* como centro desta pesquisa que assinalará como a mulher é representada no universo fictício. Agnes narra a vida de sua autora, Anne, e faz uma análise das demais personagens da obra, visto que a maioria eram mulheres e todas ficavam presas à esfera doméstica, com muitas limitações para tomar qualquer tipo de decisão. Para analisar a obra como suportes crítico e histórico também, menciono aqui algumas das obras: *Literatura Vitoriana e Educação Moralizante*, de Flávia Costa Morais, *Miss Brontë*, de Juliet Gael, *Um teto todo seu*, de Virgínia Hoolf, *O riso da Medusa*, de Hélène Cixous.

Palavras-chave: Agnes Grey. Irmãs Brontë. Educação moralizante. Era Vitoriana. Feminismo

ABSTRACT

Anne Brontë died a young author. She was the younger sister of the "Brontë Sisters". Her writing style differs from those of Charlotte and Emily because Anne, the way she wrote the novel, makes clear the desire to go in search of a feminine identity in a totally different context from what was lived in the nineteenth century in England. Through her broad view of the condition of women, Anne brings a reading that can be called intimate, since due to her reality, she would have more skillful more ability to deal with the social and moral evolution of English society to portray love stories, as other authors usually already did. The youngest of the Brontës lived a short and tragic life, in the sense of the material deprivations experienced, the professional humiliations suffered and the bitter lack of love fulfillment. Owner of a keen sensibility, she belonged to an undefined social stratum, because although she was not rich, she was the educated daughter of the local Anglican minister, living with girls equally educated from bourgeois and even noble families. Anne and her sisters were literally sandwiched between two classes: the bourgeoisie or nobility (bosses) and the working class, represented there by the common domestic servants, who, embodying the bossess' ideology, discredited and disdained the governess. The episodes that illustrate this situation are masterfully captured by Anne Brontë in a story without exaggeration and devoid of self-pity, almost as if suffering did not affect her. Therefore, I present the novel *Agnes Grey* as the center of this research that will point out how women are represented in the fictional universe. Agnes narrates the life of its author, Anne, and makes an analysis of the other characters in the work, since most were women and all were tied to the domestic sphere, with many limitations to make any kind of decision. To analyze the work as critical and historical supports as well, I mention here some of the works: *Victorian Literature and Education Moralizing*, by Flávia Costa Morais, *Miss Brontë*, by Juliet Gael, *A Roof of Your Own*, by Virginia Hoolf, *The Laughter of Medusa*, by Hélène Cixous.

Keywords: Agnes Grey. Brontë Sisters. Moralizing education. It was Victorian. Feminism

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO I: ANNE BRONTË E A MULHER VITORIANA | 11 |
| 1.1 O papel da mulher na Era Vitoriana | 11 |
| 1.2 As irmãs Brontë..... | 15 |
| 1.3 Anne Brontë: a irmã esquecida..... | 20 |
| 1.4 A preceptora e a governanta na Era Vitoriana | 24 |
| CAPÍTULO II: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA E DA MORAL VITORIANA..... | 28 |
| 2.1 <i>Agnes Grey</i> : uma representação da mulher vitoriana..... | 28 |
| 2.2 <i>Agnes Grey</i> : um romance social | 33 |
| 2.2.1. <i>A condição feminina no romance</i> | 35 |
| 2.2.2 <i>A família Bloomfield. Uma referência do patriarcado vitoriano</i> | 38 |
| 2.3 A repressão do feminino..... | 44 |
| CAPÍTULO III: PONDERAÇÕES DA OBRA <i>AGNES GREY</i> | 47 |
| 3.1. Temáticas de <i>Agnes Grey</i> | 47 |
| 3.2 Recepção crítica de <i>Agnes Grey</i> : da sua publicação à atualidade | 55 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 63 |
| REFERÊNCIAS..... | 65 |

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX na Inglaterra, na então Era vitoriana, a imagem feminina sempre foi alvo de comparações feitas entre a sua condição pessoal e social em relação ao homem e isso perdura-se até hoje.

A moral, desejos, vontades retidas e sonhos deixados de lado por conta do regime patriarcal da época, onde é visível a dominação e império da vontade e desejo de ordem da imagem do masculino, predominante por mais de um século, uma vez que atrelados a um modelo-padrão de vida, o homem representa a ordem, a força bruta, ideias de superioridade criadas pela própria sociedade no reinado atuante da rainha Vitória, em que a mulher ocuparia o seu lugar de boa mãe, de boa esposa e/ou de preceptora da casa, mostrando suas habilidades domésticas de e para o lar. Por muitos fatores como o de omissão da imagem feminina perante a sociedade, excluindo a sua opinião e sem ter força para se opor a essa realidade que enfrentava constantemente, é que a escrita feminina começou a ganhar destaque, pois as denúncias já apareciam nos livros, contando histórias reais da mulher inglesa e o ponto mais destacado é o que concerne à preceptora.

No século XIX acontecia o surgimento de uma extensa literatura produzida pelas mulheres inglesas, dentro do contexto inglês, onde enfatizavam suas opiniões e críticas em variados gêneros literários, no entanto, foi no romance que ganharam destaque e visibilidade.

Logo, para construir a dissertação a que me proponho, com o intuito de abordar a condição feminina da mulher vitoriana do século XIX, centrarei as pesquisas no corpus de análise do romance *Agnes Grey*, de autoria de Anne Brontë, escrito em 1847, mas publicado apenas em 1850 e, como as poucas pesquisas que têm sobre a autora e suas obras, ainda se há muito a explorar e a ser extraído, pois foi uma época em que a mulher era reprimida e servia como moeda de troca, sendo uma espécie de lei de mais valia, quem tinha um nome e um dote a oferecer, fazia um "bom" casamento, quem não tinha, ou por ser nobre e sem fortuna ou pior, sendo pobre e sem nome, era certo que nunca se casaria. À mulher pobre e sem dote a oferecer, existiam duas saídas: ou se tornar governanta em uma casa abastada ou ser preceptora. As duas opções eram terríveis, visto que eram tarefas árduas e mal remuneradas.

Desse modo, é proposto realizar a análise da obra quase não conhecida também, assim como Anne Brontë, já que das outras irmãs Brontë, essa é a que pouco se ouviu falar. Nesse sentido, a reflexão da análise percorrerá também a questão da coragem e vivacidade com que o romance é construído, uma vez que a posição de atitude e ação que *Agnes Grey* ocupa, não

condizem com as frágeis moças românticas existentes na Era vitoriana. *Agnes Grey* era uma personagem incomum, não tendo a ver com a norma da sua época.

A dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro, abordar-se-á sobre o papel da mulher na Era vitoriana, características, contexto histórico da época, tecer comparações entre as irmãs Brontë no que diz respeito as suas obras, suas particularidades, sobre a invisibilidade de Anne Brontë para com a sociedade, porém, é dela o romance intimamente preocupado com o ponto de vista social, marcado pela crítica com o comportamental e o papel da preceptora na Era Vitoriana.

No segundo, será feita a análise da condição feminina e da moral vitoriana, bem como a personagem *Agnes Grey* faz a representação da mulher vitoriana, Agnes traz características próprias, não se equiparando a nada vivido na época pelas moças vitorianas, fazer uma reflexão sobre a ideia de o romance ser social, a condição do feminino, a análise das personagens da obra: a família Bloomfield e não menos importante: a repressão do feminino.

No terceiro capítulo, far-se-á uma reflexão sobre a obra *Agnes Grey*, a temática adotada, críticas e comparar a obra à contemporaneidade.

Os objetivos são analisar as constantes críticas da autora correlacionando-as com o contexto histórico vivido na época, abordar as principais temáticas presentes no romance, bem como destacar as percepções de estudiosos que escolheram *Agnes Grey* para ser seu objeto de estudo e a metodologia adotada será a bibliográfica, apoiando-se em obras e artigos científicos voltados para a linha de investigação de interesse.

Apesar de ser uma obra literária escrita no final do século XIX, é importante ressaltar que o assunto como um todo, nele abordado, é de extrema relevância até hoje, pois é uma realidade recorrente até hoje e por ser uma obra “antiga”, mas que reflete em muito na atualidade que vivemos, tornou-se *Agnes Grey*, objeto de pesquisa.

CAPÍTULO I: ANNE BRONTË E A MULHER VITORIANA

1.1 O papel da mulher na Era Vitoriana

Na sociedade inglesa do século XIX, conhecida como Era Vitoriana, a figura da mulher tem destaque negativo no que tange a sua condição do feminino, sua moral, desejos, vontades retidas e sonhos deixados de lado por conta do regime patriarcal da época, onde há a visível dominação e império da vontade e desejo de ordem da imagem do masculino, predominante por vários anos, uma vez que, atrelados a um modelo-padrão de vida, o homem representa a ordem, a força bruta, ideias de superioridade criadas pela própria sociedade no reinado atuante da rainha Vitória, a qual lograva êxito em seu governo, porém isso somente ocorria havendo consonância no ambiente doméstico, mas para que isso acontecesse, a mulher, um “anjo do lar”, deveria estar apta a ocupar seu lugar de boa mãe, de boa esposa e/ou de preceptora da casa, mostrando habilidades domésticas do e para o lar.

Por muitos fatores, tais como o de omissão da imagem feminina perante a sociedade, excluindo a sua opinião, ideologia, e sem ter tanta força para opor-se a toda essa triste distinção de sexos que predominava já com bastante furor, conforme Flavia Costa Morais pontua:

A vida de uma governanta era bastante solitária, já que sua posição de intimidade com a família provocava um sentimento de inveja e ciúme nos outros empregados. Ao mesmo tempo, essa intimidade era apenas parcial ou aparente, pois embora tivesse educação e modos de uma lady, era tratada como criada, especialmente diante de visitas. De qualquer forma, essa era praticamente a única opção para moças solteiras de classe baixa e média-baixa que precisavam ganhar seu próprio sustento (Morais, 2004, p. 60).

Contando histórias reais da mulher inglesa do vigente século, o ponto mais destacado é o que concerne à preceptora. Esta que desencadeou análises, críticas de estudiosos que defendiam ou a crucificavam, alguns nomes na época começaram a surgir em defesa da mulher, como por exemplo no ano de 1869, John Stuart Mill publica *The Subjection of Women*:

[...] declarando-se abertamente um feminista – o primeiro pensador eminente e de respeito a escrever sobre o assunto. Seu texto tornou-se um clássico, tomando como argumento fundamental o princípio de liberdade e igualdade que deveriam ser aplicados tanto aos homens quanto às mulheres (Morais, 2004, p. 64).

Contrariamente, outros autores defenderam o ponto de vista masculino, como no ano de 1848, Harriet Martineau publicara um volume sobre Educação, enfatizando o seu ponto de vista e sendo firme nas palavras de que era contra que mulheres tivessem igualdade com relação ao masculino, como pode ser observado a seguir:

Ao buscar conhecimento, as mulheres conseqüentemente negligenciam seus deveres e afazeres femininos; por mais avançado que seja seu alcance em termos de conhecimento, jamais deixará de estar em grande desvantagem com relação aos dos homens; a natureza feminina é em essência feita para devaneios e qualquer esforço por modificá-la iria fazê-las (as mulheres) se esquecerem de seu estado de subordinação, assegurado pela lei, natural e divina (Morais, 2004, p. 64).

Como se pôde observar, pontos de vista distintos começam a surgir sobre a posição que a mulher deveria ocupar dentro da sociedade e isso aos poucos vai gerando um divisor de opiniões de diferentes estudiosos da época, no entanto, não houve como ainda não há, um entendimento único a favor da figura feminina, já que não se tem aprovação total. Isso tudo se deve por conta da sua situação inferior ao homem. A mulher começa a compreender que sofre de diferentes maneiras: psicológica, verbal, social e sentimental. Sofre como ser humano, como mulher, se convence que tem fraquezas e contradições de ordem pessoal e social, se digladiava com sua triste realidade, no entanto, vai em busca de uma resolução para sua mazela social:

Afinal, foi por minha própria vontade que eu obtivera aquele trabalho, tinha trazido todo aquele sofrimento para mim e estava determinada a suportá-lo. Mais que isso, eu nem chegava a lamentar o passo que tinha dado. Desejava mostrar à minha família que tinha competência para assumir aquela responsabilidade e que era capaz de cumprir com honra a tarefa até o fim (Brontë, 2015 p. 62).

A diferença entre os sexos é oriunda por séculos e enaltecida pela sociedade com o passar dos tempos, mudou a conexão entre o homem e a mulher para um convívio por vezes angustiante, desolador e sem mostrar satisfação por parte da figura feminina. A mulher sempre tinha que ser “esquecida”, ficar em segundo plano, para dar espaço e enaltecer a figura do homem, o que era o correto para a sociedade Vitoriana.

A Era Vitoriana começa a ser palco de mudanças, quando a mulher dá início a um processo de modificações em si, de tomar consciência de que há a necessidade de se tornar dona da sua história, sem depender do homem, tampouco ficar às escuras dentro de uma sociedade e, ou servindo apenas como mãe, dona de casa e boa esposa no interior de um lar. A mulher começou a se enxergar como papel importante dentro da sociedade, que não era algo inexistente, dependente, sempre de um homem para se fazer algo. Em relação a isso, Foucault entende que:

Trata-se de uma forma individualizante de poder, que classifica os indivíduos em sujeitos. (Entendendo) que há dois sentidos para a palavra “sujeito”: sujeito submetido ao outro pelo controle e dependência e sujeito fixado à sua própria identidade pela consciência ou conhecimento de si. Nos dois casos, a palavra sugere uma forma de poder que subjuga e sujeita (Foucault, 1980, p. 227).

Isso tudo era um problema existencial que assolava a mulher, era uma guerra travada contra elas mesmo e que se fazia necessário intervir e, esta intervenção se daria somente quando a “senhora do lar” se conscientizasse e admitisse que possuía uma posição inferior ao homem, reconhecesse o seu sofrimento e que era vista como alguém frágil, porque, só a partir dessa reflexão, é que iria em busca de quebrar esses pensamentos retrógrados e ultrapassados que assolavam toda a sua história.

Mesmo em meio às frustrações que passava por falta de espaço em meio à sociedade, a mulher seguia com conquistas pequenas, atos simples, mas que muito significavam, uma vez que ia em busca de sua própria identidade: “Como seria delicioso ser uma preceptora! Sair para o mundo; entrar numa nova vida, agir independentemente” (Brontë, 2015, p. 33).

A mulher descobre que não é incapaz como sempre foi vista: adquire fala própria, o que antes pertencia ao homem, agora também passa a pertencer à mulher. Assim dá-se início aos primeiros movimentos feministas que combatem fortemente e almejam a libertação de uma classe sofredora e oprimida por muito tempo.

Desde a época vitoriana, a mulher é enxergada como ser frágil e que só ocupou a posição de destaque após lutas para se fazer ser vista por uma sociedade preconceituosa e para aumentar o seu ego. A imagem que se tinha da mulher do século XIX, era a de uma doméstica, submissa, em que sua utilidade era ser mulher para o seu marido, mãe para seus filhos e doméstica para a casa. Dependente, uma escrava “branca”, escrava de sua vida, de suas emoções, tendo o direito e dever de procriar, dizer sempre “sim” ao marido, entre as quatro paredes de um quarto e, para mudar a sua realidade, era difícil. Sem autonomia, a mulher era um objeto vivo nas mãos do senhor, seu esposo, como assinala Morais:

A luta pela educação feminina no século vitoriano esbarrou nas convicções morais de que a sociedade haveria de manter a ordem reservando às mulheres um papel pré-definido. As bases reguladoras incluíam interpretações equivocadas das escrituras bíblicas e o medo de uma provável superioridade (fosse intelectual ou financeira), fazendo com que tomasse lugar um jogo de dissimulações bastante hipócrita, ainda que inconsciente, que elevava a figura feminina à condição de santidade, para assegurar a sua conformidade com relação às próprias restrições (Morais, 2004, p. 67).

A mulher vitoriana era trabalhadora, a princípio em casa. Só mais tarde, após lutas e embates com a sociedade é que esta passou a integrar junto ao homem, o trabalho em fábricas, porém com uma remuneração muito inferior ao que a figura masculina conquistava.

Já participando do mercado fabril, havia a mulher mãe que constituía uma mão-de-obra barata, pelo simples fato de ser mulher: mais frágil, delicada, voz baixa e submissa, executando as mesmas tarefas, possuindo as mesmas funções, todavia, com ganhos inferiores.

O fato de a mulher dar início ao trabalho em fábricas não está somente ligado à sua autonomia e/ou independência feminina. Também tem a ver com a baixa remuneração dos próprios maridos, que resultavam muitas das vezes em dificuldades financeiras no seio familiar. À mulher Vitoriana lhe foi concedido possuir uma profissão na indústria têxtil para ajudar no sustento do lar. Se não fosse nesse ramo, era comum também trabalhar como costureira, empregada doméstica e outras profissões menos reconhecidas para a sociedade, já que não exigiam tanta força física.

Essas profissões não lhes renderiam cargos maiores os quais eram ocupados pelos homens, ou seja, por mais que ajudassem no sustento e manutenção da casa, as atenções jamais estariam voltadas para a mulher. Eram variados os trabalhos da mulher dentro do âmbito familiar, pois, se não ajudasse na renda familiar, servia como uma secretária nos negócios do marido, porém sempre posta em segundo plano, haja vista que quem merecia destaque e papel de importância dentro de casa era o homem.

A sociedade Vitoriana era patriarcal, cuja base do modelo familiar era representada pelo casamento e o homem era a figura dominante nos planos social, político e econômico. Para Susie Steinbach (2013), o papel importante da classe média foi ter criado um conjunto de normas as quais padronizavam como deveria ser a mulher Vitoriana, contando como recurso, uma educação simplista que a preparava apenas para desempenhar o papel de “Anjo do Lar”.

A expressão mencionada foi utilizada inicialmente por Coventry Patmore em 1858, quando fora traçado o modelo da divindade doméstica que, mesmo depois de casada e tornar-se mãe, a mulher continuaria casta e perfeita. A Era Vitoriana é uma época em que se pregava a boa educação, bons estudos, a polidez da mulher, quando se envolviam crenças, costumes e valores os quais a mulher pouco a pouco veio sendo submetida.

Ser preceptora, professora numa pequena escola ou dama de companhia de uma senhora idosa ou doente eram as profissões seguidas pelas mulheres na Era Vitoriana e, comparando-se o seu salário ao de um homem, era por demais inferior. Mesmo tendo ocupações sem o devido prestígio, a mulher vitoriana possuía uma educação acima da média.

A Era Vitoriana é compreendida do ano de 1837 a 1901 que corresponde à época de coroação da Rainha Vitória e sua morte, respectivamente. Muitas coisas eram restritas somente a um determinado público e classe social. O acesso à universidade, por exemplo, era somente ofertado aos homens pelo simples fato de ser homem. Já as mulheres eram conduzidas para uma instrução voltada para os afazeres do lar, para ser doméstica. Era proibido que a mulher se especializasse, estudasse, porque ela era feita para não ser exposta e sim ser empregada e submissa. Por estes escritos é notório o quanto a mulher era desrespeitada e desvalorizada pela sociedade.

1.2 As irmãs Brontë

Nascidas de uma família de condições estáveis, as irmãs Brontë possuíam estudo e as três foram escritoras, embora que meio desencorajadas por autores e escritores da época, elas não desistiram do sonho de denunciar o que não achavam correto, das injustiças cometidas contra a figura feminina em vários âmbitos dentro da sociedade. Filhas de um clérigo, as irmãs Brontë tiveram sua educação em escolas de caridade, já que as condições financeiras de seu pai não eram das melhores, ainda mais quando este perdeu todos os seus bens no naufrágio de um navio onde encontravam-se todos os seus pertences.

Anne Brontë, a mais nova das célebres irmãs, foi frequentemente relegada para segundo plano em comparação as suas irmãs mais velhas, Charlotte e Emily, pelo fato de querer mostrar em suas obras as suas preocupações com valores morais e a sua necessidade de contar a verdade quanto à condição das suas contemporâneas, nomeadamente com a injustiça a que estavam sujeitas, condição em que a própria autora também se encontrava.

Anne era dotada de personalidade e descrevia questões que considerava fundamentais, dentre as quais, o trabalho da mulher na sociedade Vitoriana. Das irmãs, ela foi sempre a que mais se destacou por conta da personalidade própria e de se tomar como exemplo para compor as personagens de suas obras publicadas, mas era lembrada não por ser escritora, mas por ser irmã de Charlotte e Emily, e por estas serem mais conhecidas no mundo literário. Ela escreveu além de romances, cartas e poemas, deixando o plano terreno aos 29 anos de idade, acometida por uma tuberculose. Era bem crítica em suas obras e notoriamente sempre deixava um pouco de sua forte personalidade sobre os seus escritos. Transmitia a verdade, queria ser justa dentro de uma sociedade injusta com as mulheres no século XIX. O tema principal de suas obras é a condição social e cultural das mulheres na sociedade patriarcal inglesa.

Nesse contexto de austeridade e hipocrisia, é que a escrita feminina começou a ganhar voz através dos escritos das irmãs Brontë, pois as denúncias já apareciam nos livros que elas escreviam e que basicamente versavam sobre essa temática. Nas primeiras manifestações femininas ocorridas no então século XIX, contando histórias reais da mulher inglesa e o ponto mais destacado é o que concerne à preceptora: A crítica da época se ressentiu do realismo das narrativas de Anne, em especial do seu segundo romance, que não condiz com a idealizações românticas predominantes na época (Brontë, 2015).

As três irmãs foram criadas em um ambiente propício e incomum para a época em que viveram, onde as mulheres já nasciam com seu papel social pré-determinado, dependendo de qual classe social pertenciam, pois ao contrário do que era comum para a classe social a qual faziam parte, foram muito bem-educadas e instruídas, já que o pai delas era um clérigo.

As crianças Brontë tinham pouco contato com os filhos de seus vizinhos, e costumavam encontrar companhia e diversão umas com as outras. Muito imaginativas, e com acesso à biblioteca do pai, como parte de sua formação, uma de suas brincadeiras favoritas era encenar e escrever os eventos de um mundo imaginário (Brontë, 2015. p. 8).

Segundo os costumes da época, Era Vitoriana, se as moças nascessem no seio de uma família nobre ou abastada, seriam criadas para serem esposas e submissas e se fosse ao contrário, se nascessem no seio de uma família sem recursos, seriam relegadas a talvez nunca se casarem, por não disporem do famoso “dote” ou muito pior que isso, tornarem-se preceptoras ou serviçais das famílias ricas e nobres. Seja qual fosse o destino das moças pobres, nenhum deles era bom.

É dentro desse contexto histórico-social que as irmãs escritoras ambientam seus romances. Na pesquisa sobre a obra dessa autora em questão, *Agnes Grey*, resalto a importância da personagem principal, Agnes, que busca através da análise de si, evidenciar as problemáticas de uma jovem de classe média, dotada de conhecimento formal e cultural. Ela sabia tocar piano, falava mais de um idioma, sabia costurar, teve boa educação, todavia, era filha de aristocratas (apesar de sem recursos financeiros) e, pelo fato de ser a filha caçula, não podia tomar as rédeas em nada, por ser considerada pela sociedade, pertencente ao “sexo frágil”, figura feminina, indefesa e, segundo a doutrina Vitoriana, incapaz de conduzir-se por seus próprios atos, de maneira que a impediam de crescer profissionalmente e pessoalmente.

Há aí um conflito de gerações, em que Agnes se afasta de sua família e vai em busca de trabalho, na busca pela condição de preceptora do lar, embora seja bem jovem e desacreditada sobre conseguir emprego em alguma casa de família abastada e rica. Ao longo de toda a obra,

predomina o papel de gênero muito acentuado, destacado como um todo para a questão da figura masculina em detrimento da feminina, sendo este o responsável pela família e autoridade máxima no lar, sem nunca poder ser questionado.

Colocando visível as características das irmãs Brontë, Charlotte foi a que mereceu também destaque. As escritoras do período Vitoriano possuíam sentimentos refinados, tato, observação, experiência doméstica, moralidade desenvolvida e conhecimento do caráter feminino. A predominância de elementos masculinos ou femininos era o que determinava o sexo do autor, quando esse escrevia sobre pseudônimo ou de forma anônima. Alguns romances, porém, apresentavam elementos masculinos e femininos e, portanto, não poderiam ser definidos com precisão. Esse é o caso do romance *Jane Eyre* (1847), escrito por Charlotte Brontë. Charlotte era uma pessoa reservada e que, durante a sua jovialidade, estava sempre lutando entre sua forte moralidade e suas intenções sexuais igualmente fortes.

Já Emily Jane era inteligente ao ponto de ajudar a mãe na criação das irmãs mais jovens. Emily era delicada, pequena e detentora de uma precocidade intelectual, mas também era reservada. Anne, a caçula, era a que mais tinha o jeito parecido com a mãe em seu modo de ser: era resignada e piedosa.

Para se compreender mais a fundo sobre as irmãs Brontë, se faz necessário destacar o papel do pai das meninas: Patrick Brontë. Irlandês, nascido no ano de 1877, iniciou os estudos na Inglaterra em 1802, e tendo perdido o seu registro de nascimento, Patrick registrou-se com o sobrenome “Branty”. Já na universidade alterou seu próprio sobrenome, passando a assinar “Brontë”.

Vinha de origem humilde e teve início a sua vida pública em Cambridge. Ingressou no ensino superior ganhando assistência financeira, uma espécie de bolsa de estudos, onde tudo era custeado pela Universidade e que o seu papel era somente o de obter boas notas, pois almejava um futuro promissor e ser reconhecido pelas boas notas, seria satisfatório para ele, já que visava ter um bom emprego e sua reputação continuaria em “alta”. Formou-se em Artes e tempos depois, foi trabalhar como clérigo no vilarejo de Wetherfield, onde também encontrou e se apaixonou por Mary Mildred David Burder, doze anos mais jovem, mas o romance não continuou devido à família de Mary não aceitar Patrick, por conta de sua religião não coincidir com a de Mary.

Patrick chegou a escrever poemas, artigos e alguns sermões. Tinha o sonho em ser poeta. Naquela época, um escritor possuía muito prestígio diante dos outros. Era considerado uma pessoa culta, estudada.

Aos seus 35 anos de vida, conheceu a que seria esposa e mãe de seus filhos: Maria Branwell: bonita e inteligente, filha de família bem-sucedida. Com o tempo, os filhos vieram: Maria, Elizabeth, Charlotte, Patrick, Emily Jane e Anne.

Maria, mãe das Brontë, em 1820 morre de câncer no útero, e Patrick torna-se um homem endividado e desde então não mais conseguiu firmar-se nos negócios. Ofereceu-se para casar-se com algumas mulheres julgadas por ele com boa condição financeira para ver se saía da atual situação financeira, mas foi em vão.

Como não conseguiu casar-se novamente, Patrick começou a investir nas filhas, ensinando-lhes a ler e escrever, falar corretamente, comportar-se adequadamente, desenhar, tocar piano, ser fluente em alguns idiomas como o alemão, francês e o italiano, além de incentivá-las à leitura. Isso tudo com o auxílio da cunhada Elizabeth, irmã de Maria.

As irmãs Brontë mais velhas, Maria e Elizabeth, morreram muito cedo, acometidas provavelmente de tuberculose, pois naquela época não existia tratamento que pudesse se dizer que eram seguros. A doença das meninas foi adquirida dentro do internato, o que era comum naquela época: adoeciam e morriam. Os internatos naquela época eram habilitados para ensinar os bons costumes, dando todo um treinamento para meninas terem educação e, assim, tornarem-se preceptoras.

Após as mortes, Emily e Anne foram retiradas do convento e passaram a ser ensinadas em casa pela tia Elizabeth e seu pai, Patrick. Adoravam línguas clássicas e era comum na narrativa delas fazer leituras. Usavam o livro do pai ou pegavam emprestados em uma biblioteca próxima à residência. Cedo começaram a escrever seus ensaios e isso foi virando rotina na vida das três irmãs Brontë. Nas próprias brincadeiras de criança, as irmãs inventaram suas personagens e criavam suas histórias. Patrick e Charlotte tinham Angria, um mundo fictício onde o irmão era quem dominava, ditava as regras e, Gondal, era o mundo imaginário criado pelas então Emily e Anne: o muito distinto de Angria. Gondal se profetizavam com uma linguagem simples, assuntos do coração, onde a mulher idolatrava e jurava amor até a morte.

Charlotte foi a irmã Brontë que mais rápido se firmou nos estudos para se tornar uma preceptora. Regressou para casa ainda muito jovem e os ensinamentos que recebeu, passou para

as suas irmãs Emily e Anne. Já Emily tentou firmar-se na escola, mas não conseguiu devido ao seu apego ao mundo imaginário de Gondal e não teve muito o que fazer no internato, pois caiu doente e teve que regressar a sua residência onde aos poucos foi restabelecendo a sua saúde e assim voltou a escrever com tranquilidade. Em seu lugar foi Anne, muito tranquila e atenciosa a tudo que aprendia, aproveitando que sua irmã Charlotte estava usando de suas economias para pagar seus estudos e, era grata por isso, pois lembrava do sacrifício de seu pai Patrick para dar uma boa educação às filhas.

Na escola, Anne absorvia tudo com máxima atenção, pois seu intuito também era o de ajudar em casa, nas despesas, mas, para isso, precisaria conseguir um emprego de preceptora para juntar economias e “mandar” para casa, para seus familiares.

Charlotte volta a Bruxelas para estudos, mas como desenvolveu muito tudo o que aprendeu, acabou sendo convidada a ser professora no internato, além de ganhar a admiração do dono do internato. Sua crescente obsessão por um homem casado era algo totalmente repreensível para ela, que moralmente não viu outra solução a não ser deixar o pensionato e voltar para casa, onde não tinha nenhuma perspectiva de trabalho.

A experiência de Charlotte em Bruxelas foi algo que a marcou intelectual e emocionalmente. Ela emergiu desta experiência belga diferente e mais segura como escritora. Sua paixão não correspondida por um homem casado alterou radicalmente sua visão de como um herói deveria ser.

No ano de 1845 as irmãs publicaram seu livro de poemas intitulado *Poems*, conjuntamente, fazendo uso de pseudônimos masculinos.

A seleção final de poemas é uma indicação do amadurecimento da vida literária das irmãs. Os poemas escolhidos de Charlotte foram produzidos nos tempos áureos de Angria, em contraste com os de Emily e Anne, que contribuíram com poemas mais recentes. Branwell, que era até então o líder em todos os esforços literários da família, foi deixado de lado. As irmãs, no entanto, tiveram que pagar pela publicação do livro, cerca de três quartos do salário anual de Anne em *Thorp Green*.

Charlotte Brontë, após a morte dos irmãos Emily, Anne e Patrick, voltou aos seus escritos de sua obra intitulada *Shirley*, em que esta representava Emily e o palco para esse cenário da obra foi chamado por ela de *O Vale da Sombra da Morte*, por conta dos falecimentos precoces de suas irmãs Emily e Anne. A partir desse momento, Charlotte já não demonstrava

interesse em manter o seu anonimato e aos poucos ia concordando em que a sociedade a fosse vendo como autora e escritora sem sentir-se oprimida, porém à vista dos críticos, *Shirley* não tinha aquele “fervor” no seu enredo, como teve *Jane Eyre*.

Charlotte casa-se com Arthur, um mero pároco. Patrick, pai da Brontë, não era de sua vontade ver esta união, porém, pouco tempo após a morte de Charlotte, também ocasionada por uma tuberculose, Arthur era o único amigo que Patrick possuía. Charlotte Brontë morreu aos 38 anos de idade, deixando seus bens todos ao marido Arthur e, posteriormente, teve sua biografia lançada em forma de livro. Tornou-se conhecida e famosa.

1.3 Anne Brontë: a irmã esquecida

Considerada a irmã Brontë menos conhecida, Anne é lembrada por ter sido a outra irmã de Charlotte e de Emily, porém autora de dois romances considerados clássicos na literatura inglesa. Na época em que nasceu, no ano de 1820, a sociedade apresentava ideias e padrões que colocavam a mulher sempre em segundo plano, no intuito de inferiorizá-la e fazer com que achasse que era incapaz de ser autêntica e ter voz e vez dentro da sociedade da época, onde só se dava valor à figura masculina, por representar força e autoritarismo.

A caçula das irmãs Brontë perdeu sua mãe quando tinha apenas um ano de vida e foi criada, junto com suas outras irmãs, por sua tia Elizabeth Branwell, em que antes de falecer, no ano de 1843, deixara reservada uma herança às irmãs Brontë, onde elas investiram o valor para publicar seus poemas, fazendo uso de pseudônimos masculinos: Acton, Currer e Ellis Bell, respectivamente. Tendo boa criação, estudo, aprendeu a ler e escrever, fez curso de música, desenho e costura, além de outros cursos em casa.

Eram crianças isoladas das demais crianças, não tinham contato, porém tinham acesso à biblioteca do pai, de onde nasceu a paixão por leituras e mais adiante, pela escrita. O pai de Anne vivia somente do salário, então as filhas tiveram que ir atrás de trabalho para não passarem necessidades junto ao pai. Anne inicia no cargo de governanta um ano após deixar a escola. Experiência ruim, mas que a fez compor a família retratada na sua obra *Agnes Grey*, a família Bloomfield.

A crítica da época se ressentiu do realismo das narrativas de Anne, porque não condiz com as idealizações românticas predominantes na época. A autora tinha apenas dezessete anos quando da ascensão ao trono da Rainha Vitória, ocorrida no ano de 1837 e viveu parte de sua

vida no que ficou conhecido como a Era Vitoriana. Essa Era foi marcante por variados motivos: ascensão da classe média como agente político importante, com isso uma modificação na vida social e nas ideologias e valores professados nas artes.

Na época, havia também uma moral sexual bastante restrita (como aliás eram restritivas todas as regras de convivência social), a elevação da família nuclear a centro da vida social e, por consequência, a marca de papéis de gêneros muito determinados: ao homem cabia ser o provedor da família e autoridade máxima dentro dela, à mulher cabia a administração doméstica e total devoção ao marido, em primeiro lugar e então aos filhos. Por todos estes apontamentos aqui feitos, é que Anne sentia-se incomodada a toda aquela situação que a figura da mulher vivia e passava.

No seu romance, *Agnes Grey*, Anne descreve o que viveu durante sua permanência em casas de famílias abastada, quando a figura da mulher está sempre em segundo plano, filhos (crianças e jovens adolescentes) sem limites e rebeldes, além da figura masculina que cada vez mais aparecia enaltecida e reverenciada. Os filhos homens eram educados para diminuir a figura das irmãs mais novas, sempre fazendo-as acreditar que dependiam do homem para tudo, que não eram suficientes e nem inteligentes ao ponto de não conseguirem fazer nada sozinhas.

Todo esse comportamento deixava Anne Brontë inquieta e descontente e, o pior, ver que as senhoras da casa, aceitavam todo esse tipo de vida e tratamento dispensado por seus maridos, pois viviam como fantoches elas e suas filhas.

A autora não teve tanta divulgação de autoria da obra *Agnes Grey*, como sua irmã Charlotte Brontë teve nas suas, mas todas as irmãs são consideradas muito relevantes e importantes no que diz respeito à Era Vitoriana e a condição da mulher nesse período importante da história mundial. A inquietude de Anne baseava-se na autoridade masculina e a formação da tradição literária feminina do século XIX, quando criou anti-heróis amantes, opondo-se ao padrão romântico que vigorava a uma sociedade que definia a mulher como um ser frágil e que deveria se pautar pelo recato, modéstia e comedimento, onde a saída para essa triste realidade e como não era possível se identificar como autora, a solução era fazer uso de pseudônimos masculinos:

Por outro lado, esse tipo de (anti) herói era apelativo para as heroínas – e leitoras – por tratá-las de igual para igual e não como criaturas sensíveis e frágeis que deveriam ser protegidas. Sabe-se que no século XIX as mulheres escritoras viam-se em dificuldades para criar personagens masculinos, uma vez que estariam entrando em um terreno desconhecido, portanto, para muitas, suas criações não passavam de fantasias sobre como elas se comportariam se fossem homens, ou de maneira mais didática, como gostariam que os homens agissem e sentissem (Patrocínio, 2010, p. 3).

Apesar de jovem e nova na profissão, Agnes é uma personagem decidida, se molda a partir das experiências que tem como preceptora na família Bloomfield e, mais tarde na família Murray. Seus poucos momentos de descontração são destacados em simples atitudes que chamaram a atenção por isso. São elas: costurar, tomar o seu chá, contemplar a natureza, pois, nestes momentos solitários, era onde ela encontrava a calma de que precisava.

A personagem comemorava quando ficava só, longe das crianças, revelando, assim, a sua insatisfação em ocupar aquele cargo, embora muito precisasse: “Meus únicos companheiros eram crianças pouco amáveis, ignorantes, moças de cabeça errada, de cuja loucura fatigante a solidão sem-fim era um alívio intensamente desejado e afetuosamente apreciado” (Brontë, 2015, p. 67).

As romancistas, apesar de compartilharem os mesmos valores das mulheres das classes médias vitorianas e possuir a mesma noção tradicional de feminilidade, não eram mulheres comuns que, por coincidência, escreviam livros. Elas foram diferentes em sua maneira de viver. Mesmo aquelas que começaram a escrever para o sustento de suas famílias, logo se viram diferentes das outras mulheres e com Anne não foi diferente.

Por ser muito realista e escrever o que não era “correto” em vista dos críticos da época, Anne caiu no esquecimento do público e dos críticos também. Fazia uso de pseudônimos masculinos para que sua literatura fosse publicada. A autora lidou com temas delicados para a época em que viveu, mas da única forma que conhecia: através de sua convicção moral e na busca da verdade acima de tudo. Cada vez mais se achava no direito de escrever, de denunciar todo esse descontentamento feminino, e ir contra uma sociedade, sendo fidedigna ao que passou e viveu, nada mais justo que expor sua experiência através da personagem Agnes Grey.

Anne não conseguiu logo de início o mesmo sucesso com sua obra *Agnes Grey*, como sua irmã Charlotte conseguiu com *Jane Eyre*, devido ao realismo em suas narrativas, pois não condizia com as idealizações românticas que predominavam naquela época, mas não se deu por vencida. Ela já tinha sua segunda obra escrita: *A Inquilina de Wildfell Hall*, a qual vendeu para uma editora localizada nos Estados Unidos.

A obra teve boa aceitação e teve a sua segunda edição publicada, mas, com o sucesso que fez assim como *Jane Eyre* e *O Morro dos Ventos Uivantes*, as irmãs para produzirem e publicarem precisavam fazer uso de pseudônimos masculinos. Aproveitando-se dessa situação, um escritor da mesma editora das Brontë passou a afirmar que foi ele quem havia escrito as obras, já que elas utilizaram nomes masculinos na publicação. Isso deixou Charlotte furiosa, o

que a motivou falar com as irmãs para irem pessoalmente à editora e se apresentarem como escritoras distintas das obras em questão. Emily se recusou a ir para não sair do seu anonimato, mas Anne foi junto com Charlotte.

Assim como as irmãs, Anne se encontrava em momento de êxtase com sua obra que tinha sido bem vendida e não percebeu que Emily estava gravemente doente, não aceitando tratamento e nem tomando os remédios passados pelo médico. Sendo assim, morreu em casa, vítima da tuberculose. Algum tempo depois, Anne descobriu que estava com a mesma doença, mas, ao contrário da irmã, fez tratamento médico, tomou todo o coquetel de medicamentos receitados. Porém, a tuberculose foi descoberta em Anne já em estado avançado para se reverter o quadro.

Das três irmãs Brontë, Anne era a que apresentava a maior força na convicção moral e foi fiel em representar a realidade que conhecia, criando uma realidade feminina até então desconhecida pelo grande público. Viveu em um tempo que as mulheres tinham poucos direitos, mas algumas mulheres questionaram sua contínua privação e exclusão em diversas áreas. Anne tinha a habilidade de escrever com vigor e diretamente sobre assuntos delicados. Isso pode ser um dos motivos pelos quais ela se tornou a menos popular e menos conhecida das irmãs Brontë.

Seus romances apresentam uma maior influência dos poetas e romancistas do século XVIII e adota um ideário feminista diferente de suas irmãs. Sua ênfase na educação das mulheres como meio de desenvolver suas capacidades, a aproxima de escritoras feministas que viveram antes dela, como Mary Wollstonecraft. Além disso, a autora foi precursora ao usar narrativas femininas em primeira pessoa.

Apesar de ter estimulado suas irmãs mais novas a publicarem de seus livros, Charlotte se mostrou incapaz de reconhecer o talento único de Anne como poeta e romancista e frequentemente depreciava sua capacidade. Elas eram muito diferentes em temperamento. Charlotte era emocional e romântica e Anne era lógica e prática, a mais rigorosa, observadora, realista e em alguns casos a mais persistente e corajosa.

Sua maior influência na infância foi Emily. Juntas criaram o mundo imaginário de Gondal, quando encontraram o prazer e a felicidade na escrita, que pode ser reconhecido em seus primeiros poemas. A principal diferença entre as duas era a determinação de Anne, que queria aprender o máximo que pudesse para se livrar de dependências que a incapacitassem e assim pudesse se sustentar financeiramente. Sua educação e determinação foram suficientes

para que conseguisse uma posição como preceptora, alcançando assim seu objetivo de independência.

Por muito tempo, *Agnes Grey* foi considerado como uma imitação de *Jane Eyre*, apesar de ter sido escrito antes e ter inspirado Charlotte a escrever seu romance. O romance também sofreu comparações com o romance de Emily e grande parte dos críticos simplesmente ignorou o romance de Anne Brontë. Seu segundo romance, *A Inquilina de Wildfell Hall* (1848), fez com que se igualasse às irmãs para a crítica e tivesse finalmente seu trabalho reconhecido.

Um dos motivos pelos quais este romance é pouco conhecido se deve às críticas severas que recebeu de Charlotte, que após a morte de Anne não permitiu que uma segunda edição do livro fosse lançada. No caso de Anne Brontë, ela foi relegada ao papel da menos talentosa em uma família considerada genial.

Sua escrita tem características que atraíam menos leitores se compararmos com os romances de Charlotte e Emily, mas que apresenta a mesma qualidade estética e é bem-sucedido em representar a vida provincial da Inglaterra Vitoriana de maneira realista e verossimilhante.

1.4 A preceptora e a governanta na Era Vitoriana

Na Inglaterra do século XIX, mais precisamente no período vitoriano, o progresso das ciências e a sofisticação da técnica, com reflexos em todas as camadas sociais, criaram um ambiente propício para o surgimento de um tipo feminino, cujo perfil se pode nitidamente traçar. Nessa época, com efeito, o questionamento religioso de par com um processo evolutivo indiferente aos anseios sociais suscitou a necessidade de se buscar um ponto de equilíbrio entre o público e o privado, uma base que refletisse solidez e estabilidade:

A formação das personagens da Era Vitoriana, tanto no que se refere aos homens quanto às mulheres, passou, portanto, por uma série de fatores que englobam aspectos psicológicos, sociais e econômicos; aspectos esses que se manifestaram de forma tão poderosa a ponto de criar um modelo influenciador que prevaleceu por décadas, avançando para o século XX e fazendo deste parte atuante por longo tempo, mesmo até os dias de hoje (Morais, 2004, p. 29).

Esta base, naturalmente, era o lar, e como seu representante elegeu-se alguém com as qualidades de guardião da moral e da castidade. A exigência de um anjo do lar fez nascer a mulher Vitoriana. Mulher essa que, como já mencionado anteriormente, passou por muitas desventuras pelo simples fato de ser mulher, porém, para se tornar uma preceptora e/ou

governante, essa tinha que ter tido em sua criação uma boa educação, no que concerne a ser fluente em mais de um idioma, ter noções de corte e costura, já que para exercer esse papel e que era geralmente o destino das moças de classe média baixa. Para que não fossem marginalizadas, essas mulheres teriam que ter uma ocupação digna, por mais que o que fosse ganhar fosse insuficiente.

As preceptoras ficavam responsáveis pela educação dos filhos (crianças ou adolescentes) de seus patrões, quando, muitas das vezes, passavam por situações indesejadas e delicadas nas mãos de seus e suas pupilas, como assim eram chamados, porque embora fossem as responsáveis por educar e passar os ensinamentos e estudos habituais, realizados em casa, as governantas não podiam impor muito sobre os filhos de seus patrões. Era como se fosse um abuso, dar ordens que pudessem retratar uma autonomia que não tinham, e que cabiam somente ao chefe da casa, por ser a figura masculina, o pai das crianças.

Isso é muito retratado em *Agnes Grey*, de Anne Brontë, visto que ainda jovem vai trabalhar como preceptora na casa de uma família de classe média alta e aristocrática, a família Bloomfield, em que a senhora de seu patrão não tinha voz para com seus filhos, não os educava, servindo apenas como uma mera estátua dentro de uma casa, para servir ao matrimônio. O marido, sempre ríspido nas suas ações e palavras para com os filhos, rebaixava e não dava autonomia as suas filhas mulheres, porém, ao filho, lhe dava todo o apoio e uma educação sem restrições que o fazia se tornar como o pai, estúpido e sem escrúpulos, sem carregar valores que agregassem a sua vida.

Vendo todo esse cenário de insatisfações e frustrações em meio ao seu ambiente de trabalho, as preceptoras não obtinham tanto êxito em suas ocupações, visto que era meio em vão desejar um resultado satisfatório em seu empenho de ensinar e educar crianças. Estas eram em sua maioria desprovidas de inteligência, grosseiras e ressondas, fazendo o que lhes vinha à mente, não obedecendo sua preceptora e sim ao contrário, fazendo com que essa as obedecesse.

A principal função da preceptora era dar aos seus pupilos uma orientação moral e social. Por agir dentro de um ambiente refinado, próprio de uma lady, era necessário que a preceptora atuasse como uma substituta da mãe. Em geral, ela era filha de pároco ou alguém da própria família, como uma prima ou sobrinha. Por imitação da aristocracia, a alta classe média encontrou na professora particular a solução para educar os filhos no espaço reservado do lar.

Desse modo, a preceptora se agregava à vida doméstica da burguesia, tornando-se a mais notável inglesa com trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, transformando-se numa ‘anomalia’. É preciso salientar que as condições de trabalho para as mulheres solteiras eram precárias e desvantajosas. As mulheres sem instrução, pertencentes às classes menos favorecidas, podiam se engajar em certos trabalhos braçais, tidos como inferiores.

Nota-se aí que a mulher Vitoriana não possuía uma opção de escolhas em relação ao trabalho. Ou tornava-se preceptora ou era marginalizada na boca da sociedade.

Charlotte Brontë, numa carta que escreveu a sua irmã Emily em 1839, contradiz a ideia de Sewell. Segundo Charlotte, a preceptora particular não tem existência, não é considerada como ser vivo e racional, exceto em relação aos deveres enfadonhos e cansativos que tem que cumprir. Ela é respeitada enquanto está ensinando, trabalhando e divertindo as crianças, mas se toma uns momentos para ela é criticada (Gaskell, 2005, p. 187-8). Portanto, agregada ao lar de determinada família burguesa, aí permanecia como uma espécie de prisioneira, explorada pelo patrão. De certo modo encarcerada e espoliada, ela deixava, conseqüentemente, de ser um agente econômico que pudesse livremente levar o seu trabalho para segmentos mais proveitosos do mercado. Os baixos salários e as difíceis condições de trabalho que as famílias burguesas impunham à preceptora provocavam nas elites Vitorianas sérias preocupações. Na verdade, havia o temor de que se levasse para o espaço sagrado do lar a mesma onda de revolta que varreu a Inglaterra em meados do século passado, conduzindo às ruas levadas de operários que reivindicavam melhores salários e condições mais dignas de trabalho. Suscetível de indignação e revolta com a situação vigente e, ao mesmo tempo, detentora de certo saber, a preceptora poderia instilar em seus pupilos novas ideias que provocassem uma subversão dos valores construídos pela burguesia.

A preceptora combina características da nobreza, pela educação, com as da classe operária, pela independência. Ao executar por dinheiro tarefas da mulher doméstica, ela obscurece a distinção de que depende a noção de render, questionando assim a distância rígida entre dever doméstico e trabalho remunerado. Essa distinção era tão marcada na mente do público que a figura da prostituta era sempre associada à da preceptora, razão por que se tornou conveniente insistir na relação entre a preceptora e a solteirona.

No capítulo a seguir será feita a análise da condição feminina e da moral Vitoriana, destacando a protagonista Agnes Grey, como se vê, e em meio a seus monólogos, qual mensagem traz através das corriqueiras críticas ao que vivencia diariamente no seu ambiente

de trabalho, também serão abordados pontos referentes à condição feminina no romance, à questão familiar seguida na época e ao que diz respeito à repressão do feminino.

CAPÍTULO II: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA E DA MORAL VITORIANA

2.1 *Agnes Grey*: uma representação da mulher vitoriana

O século XIX foi marcado por acontecimentos históricos na Inglaterra, como o desenvolvimento das ciências, a apreciação e a complexidade de uma sociedade que se mostrava dividida entre aceitar o novo ou se manter nos costumes que já estavam enraizados. Diante dessa turbulência e conflitos ideológicos, a mulher que viveu durante o período vitoriano enfrentou múltiplos problemas, dentre eles os sociais, no seu matrimônio, dentro de suas casas antes de se tornarem senhoras casadas e também quando iam educar os filhos de outras senhoras, nesse último apontamento já como preceptoras, que era o cargo máximo que uma mulher que não casou e nem era de uma família de boa condição financeira, ocupava, embora o retorno financeiro a essas preceptoras fosse baixíssimo. Mesmo assim, para uma mulher vitoriana, sair de casa, ganhar seu próprio sustento com o seu trabalho, já era um grande feito.

É importante ressaltar que à época vivida, acontecia a histórica Revolução Industrial, o que surtiu efeitos positivos, já que era o novo adentrando numa sociedade que estava estagnada. No entanto, as famílias viram-se afetadas, pois era exigida uma mobilidade de mão-de-obra que impossibilitava a manutenção da família patriarcal, ou seja, o homem deveria ser o provedor do sustento da casa. Porém, não podia dar conta de tudo sozinho e, como a mulher vitoriana era limitada nas atividades que poderia exercer, restava-lhe dedicar-se às tarefas do lar. No geral, a mulher não receberia nada por realizar as tarefas de cuidar de sua casa, de seu esposo e dos filhos. Como era tida como um ser “frágil”, essa foi a saída para que fosse convencida naquela época de que não pudera realizar outras atividades comparadas às que o marido fazia. Novos tempos surgiram com a Revolução Industrial, trazendo mudanças na sociedade e, principalmente nas famílias patriarcais, gerando assim uma necessidade de prover melhor o lar e, como era somente o homem o encarregado e responsável pelo sustento, a mulher ainda não era procurada pelo mercado de trabalho, uma vez que o que sabia fazer, era voltado aos serviços de casa, atividades simples porém, não desenvolvidas por essas mulheres em fases anteriores de suas vidas, o que ocasionou uma certa dificuldade quando se viram na obrigação de ajudar seu marido na manutenção do lar, necessitando dessa forma se aperfeiçoar com manuais de instrução, por exemplo:

A literatura tomou parte bastante ativa dessa mudança. A época viu o reflorescimento de manuais (de etiqueta, de administração doméstica, de correspondência) que procuravam ensinar às pessoas a maneira correta de usar talheres, tratar serviços, escrever um bilhete de resposta a um admirador que não conviesse impressões indesejáveis. Esses manuais dialogavam intensamente com os romances escritos na época (Brontë, 2015, p.12).

Tem a ver também com a estética do Romantismo. Renasceu o romance de formação, também conhecido como Bildungsroman, conceitua-se como um tipo de romance cujo enredo tem como um dos elementos centrais o processo de desenvolvimento de um personagem, seja esse processo físico, psicológico ou emocional, onde neste caso, o ator principal é a figura masculina. No entanto, tudo o que é descrito nesse tempo de formação do homem, com a figura da mulher não poderia ser igual. A mulher jamais seria uma protagonista no romance de formação, visto que esta não se desenvolve na sociedade Vitoriana, não é lhe dado espaço, vivia-se numa sociedade extremamente patriarcal:

O centro da narrativa é a formação de um jovem, enviado pela família para completar seus estudos em uma cidade maior, que atravessa vários processos de aprendizado: como controlar suas paixões (através de dois casos de amor, um mal sucedido, e um bem-sucedido, para provar que ele aprendeu a lição), aprendizado formal nas instâncias educacionais, onde sua vocação será posta a prova, frequentemente com o abandono da carreira a que havia sido destinado em favor de outra, mais condizente com suas aptidões – e daí advém o conflito de gerações, uma vez que sua família apoiará sua escolha; aprendizado informal sobre as regras de conduta social, esse a cargo de um mentor, um homem mais velho que tomará o protagonista sob sua proteção. Ao final de toda essa trajetória, o protagonista já em posse de uma profissão e, se não casado, em vias de, retorna a sua cidade em visita, para deixar estabelecida sua trajetória de sucesso, e a seguir se estabelece em um centro maior, onde terá mais oportunidades profissionais (Brontë, 2015, p. 12-13).

Levando para o lado da condição feminina, isso tudo não seria possível acontecer em igual circunstância com a mulher, a começar pela existência de dois amores que caso existisse, logo estaria sendo alvo de comentários maldosos. A moça não poderia ter essas experiências de vida, nem as mesmas oportunidades que eram dadas aos homens. Em tudo a mulher era inferiorizada, julgada por uma sociedade que sempre a diminuía moralmente. O que era correto ou pelo menos os cidadãos que viveram na era Vitoriana julgavam certo para si, para as mulheres, não. A carreira de uma mulher não era escolhida por ela, jamais viajaria sozinha, já que isso afetaria na sua reputação. A realidade de uma mulher era voltada para um lado apenas: ter instrução: saber zelar de uma casa, ter filhos, porém a ideia de ser uma “boa mãe” se restringe um pouco, já que na própria obra, *Agnes Grey*, encontra dificuldades de relacionamento como preceptora com as crianças que cuidava, em especial à primeira família citada na obra, a Bloomfield, onde não era possível ser mais enérgica com nenhum dos “pupilos” como ela mesmo cita, porque

não era permitido educá-los a esse ponto, já que esse deveria ser o papel da mãe, no entanto, não lhes dava a real educação. Ser preceptora na Era vitoriana era um desafio à *Agnes Grey*. Além da função de saber fazer atividades voltadas para o lar, a mulher vitoriana deveria também cumprir o seu papel de esposa dedicada ao marido, principalmente, mas, nem sempre foi dessa forma. Ironicamente, no que diz respeito às mulheres casadas, muitos dos negócios geridos pelos maridos requeriam um ajudante ou aprendiz logo, algumas esposas Vitorianas de classe média mantinham, além de uma dinâmica atividade de gestão doméstica, uma profissão não remunerada como secretárias ou assistentes dos seus maridos nas mais variadas funções.

O romance *Agnes Grey* constrói em variados momentos a crítica à maneira de como são conduzidos os passos da sociedade na época Vitoriana, abordando inicialmente a questão da condição da mulher, de não ter muitas escolhas ou vontades obedecidas quando se refere a casamento. Ao período vitoriano os casamentos eram “consagrados” pelas famílias, muitos matrimônios aconteciam sem prevalecer o sentimento de amor entre o casal, os pais da moça a casavam para ter prestígio, para que essa não se tornasse uma quem sabe empregada doméstica, uma preceptora ou uma governanta, que, àquela época não eram profissões prestigiadas, pois ganhava-se pouco. E as que decidiam seguir o coração eram abandonadas por suas famílias, esquecidas, já que iam contra as vontades principalmente do pai. Vê-se isso na própria obra, quando a mãe de *Agnes Grey* resolve se casar com um simples clérigo: Richard Grey, levando uma vida simples, porém tranquila e com amor a se submeter a um casamento “arranjado” por sua família por conta de excelentes condições financeiras, tendo assim um casamento de faixada, como era o da maioria das mulheres na época oitocentista:

Minha mãe que se casou com ele contra o desejo da família, era uma mulher de personalidade, filha de um proprietário de terras. Em vão se tentou explicar a ela que ao se tornar esposa de um clérigo pobre teria de renunciar à sua carruagem, da sua criada e de todos os luxos e elegâncias da riqueza, que para ela eram basicamente as necessidades da vida. Uma carruagem e uma criada eram grandes conveniências; porém, graças a Deus, ela tinha pés para caminhar e mãos para cuidar de si mesma. Uma casa elegante com jardins amplos não era coisa a ser desprezada, mas ela preferia viver numa cabana com Richard Grey a viver num palácio com qualquer outro homem deste mundo (Brontë, 2015, p. 24).

A mãe de Agnes Grey identifica-se como uma importante personagem, uma vez que ela se diferencia das demais mulheres vitorianas, pois enfrenta seu pai em prol de se casar com um homem que não era do agrado do seu genitor por não ter uma condição social e nem financeira que fosse imponente naquela sociedade. Segundo Harriet Martineau (1838, p. 64) acreditava, a mulher sendo bem-educada, poderia ser companheira do homem de forma mais plena, ao invés de desempenhar papéis meramente decorativos.

Em *A Educação dos Sentidos*, Peter Gay analisa o efeito da distinção da figura homem e mulher em que essa se supera devido a começar deixando de lado a inferiorização e, na obra, Gay analisa o diário de Carey Thomas, uma jovem determinada a lutar pelo ingresso em um curso superior, é extremamente ilustrativa em sua fala. Na ocasião de um jantar em sua casa com amigos convidados, Carey Thomas faz algumas considerações sobre um inglês de nome Joseph Beck e os demais convidados:

“Ele não acreditava na *Educação das Mulheres*” (...)

Disseram que não viam nada de bom numa mulher aprender latim ou grego, isso não as tornava mais agradáveis para seus maridos”. (...) O matrimônio, para todos os presentes (...) – era “aquela condição insuperável de felicidade terrena” na qual a mulher podia cumprir seu “dever de divertir o marido e não aprender nada; jamais exercitar os poderes de sua mente, de modo que seu marido possa sentir o prazer requintado de saber mais do que sua esposa”. (...) [Carey Thomas] se recusava a aceitar o que chamava de “a cantilena costumeira” de que a mulher é demasiado elevada, demasiadamente sublime para fazer qualquer coisa além de ficar sentada em sua total ignorância de mãos postas para que os homens possam adorá-la em seu altar (Gay, 1989, p. 140).

Agnes Grey no seio de sua família era tratada como a caçula e se enxergava como a menina mimada e amparada pelos pais e irmãs mais velhas, sentia-se tão protegida, mas ao mesmo tempo despreparada para o mundo lá fora, uma vez que se via incapacitada e indefesa, para as lutas e os infortúnios que surgissem ao longo da vida. Apesar de uma vida simples, tinha muitas boas recordações no que tange a momentos com sua irmã Mary. Na representação da mãe de Agnes Grey, é notada a característica da mulher vitoriana oitocentista, em que há perceptíveis diferenças entre a postura do homem e de sua mulher no seio de uma família, o que caracteriza um modelo de representação da mulher Vitoriana:

Nosso pai era quase tão crédulo quanto nós; só que fingia não levar tudo tão a sério: expressava suas brilhantes esperanças e expectativas otimistas em brincadeiras e gracejos, que sempre me pareceram extremamente espirituosos e alegres. Nossa mãe ria deliciada ao vê-lo tão esperançoso e feliz, mas temia por ele confiar demais naquilo tudo, e uma vez a ouvi sussurrar ao sair da sala: “Deus permita que ele não se desaponte! Não sei se iria suportar (Brontë, 2015, p. 27).

Ao longo do século XIX, particularmente durante a primeira metade do século, o papel principal da mulher Vitoriana da classe média era, sobretudo, o de esposa e mãe. A jovem Vitoriana preparava-se desde a infância para cumprir esse destino e, caso se desviasse dos padrões do que, à época, era social e moralmente aceitável, seria facilmente censurada e marginalizada, o que não era o caso de Agnes Grey, pois tinha sido bem instruída, tanto na escola, quanto no Latim, por seu pai, mas o desejo dela era o de alçar voos maiores. Tinha o desejo de ver um pouco mais do mundo, seguindo uma profissão. Durante alguns momentos de

reflexão, Agnes, em seu ambiente de trabalho, assim como a mulher vitoriana casada, não podiam exceder-se, pois a autoridade e algum momento de alterações de voz, somente caberiam à figura do homem, sendo ele o patrão ou o esposo, respectivamente. Em muitas situações, a mulher vitoriana passava por momentos tristes e solitários também, por distanciar-se de sua família de origem, por ter casado por conta de um dote, onde o seu marido não a tratava como merecia e, geralmente, essas mulheres viviam diariamente à mercê da solidão, sem amparo, e o que lhe restavam eram monólogos diários os quais transmitiam sua extrema insatisfação, seja no seu ambiente de trabalho ou em suas ilustres e sombrias residências:

Se eles pudessem me ver agora! referindo-me evidentemente aos meus amigos em casa; e a ideia de como eles teriam pena de mim me fazia ter pena de mim mesma, uma pena tão grande que teria dificuldade em conter as lágrimas: mas eu as continha até que meus pequenos suplicadores saiam para a sobremesa, ou para dormir (minhas únicas perspectivas de libertação), e então, na felicidade da solidão, me dava ao luxo de um acesso de choro descontrolado (Brontë, 2015, p. 67).

Numa sociedade rigidamente estruturada, Agnes via-se numa situação constrangedora em que, não estando ao nível da criadagem da casa, também não estava à altura dos empregadores. Era frequentemente posta de lado por ambas as partes. As tarefas não eram fáceis e incluíam, além da educação das crianças, também a responsabilidade da higiene, das refeições, dos tempos de lazer dos seus pupilos ou ainda todas as outras tarefas que os seus patrões entendessem atribuir-lhe. Era uma vida detentora de muitas ações inacabadas: não tinha autoridade, não podia chamar a atenção dos filhos de seus patrões por desapontá-los, ou seja, era tudo restrito em uma sociedade insegura com o novo e com as inquietações femininas da época.

Acerca de tantas desilusões nas famílias para as quais trabalhou, Agnes se via imponente diante do tratamento dispensando por parte dos patrões, nas malcriações das crianças e jovens a quem trabalhava. Vivía acuada, presa em seu sofrimento interno e que não podia demonstrá-lo pois era como se não tivesse valido de nada o seu esforço, a sua dedicação com as crianças/jovens que cuidava. Em diversos momentos, pontua sobre sua insatisfação em relação ao comportamento errado das crianças. Discriminada por empregadores de cultura inferior, quando os seus serviços deixavam de ser necessários, tornava-se um fardo para os patrões sendo sumariamente despedida, ficando subitamente sem casa e sem forma de subsistir, como exemplo tem-se a família Bloomfield, como primeira experiência negativa de *Agnes Grey*:

Afinal, fora por minha própria vontade que eu obtivera aquele trabalho; tinha trazido todo aquele sofrimento para mim e estava determinada a suportá-lo. Mais que isso, eu

nem chegava a lamentar o passo que tinha dado. Desejava mostrar à minha família que tinha competência para assumir aquela responsabilidade e que era capaz de cumprir com honra a tarefa até o fim. E se sentisse ser degradante me submeter tão silenciosamente e de forma intolerável esgotar-me constantemente, voltaria para minha casa e a mim mesma: podem me esmagar, mas não me dominarão! (Brontë, 2015, p.62-63).

2.2 *Agnes Grey*: um romance social

Betty Jay (2007) afirma que *Agnes Grey* representa uma das primeiras obras em que a condição da preceptora é abordada. A autora nota que a obra aborda igualmente o conjunto de pressupostos que, no período Vitoriano, moldavam esta profissão seguida por tantas mulheres de classe média, algumas por vocação, muitas por necessidade. Assim, observamos que a preceptora é uma figura surgida como consequência da instabilidade da economia da época. Instabilidade esta que era oriunda de vários fatores que assolavam a sociedade oitocentista da época vitoriana. Segundo Jay (2007), *Agnes Grey* representa um retrato detalhado da profissão de uma preceptora/governanta a quem é negada autoridade sobre os seus pupilos, desprezada, mal paga e sobrecarregada de tarefas.

Conforme a obra vai avançando, *Agnes Grey* vai mostrando em detalhes a rotina da vida de uma preceptora, o que em contrapartida mostra o seu anseio por encontrar o seu lugar dentro daquela sociedade, não esquecendo dos valores moral e religioso que foram adquiridos no berço de sua família e, ao mesmo tempo vem de embate situações de gênero e de classe, à luz das quais é desvalorizada enquanto indivíduo de forma comum.

À essa questão de desmerecimento feminino, se faz destacar a tese de Friedrich Engels (1820-1895), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1987), que retoma e amplia a análise materialista da história feita pelo antropólogo evolucionista Lewis H. Morgan (1818-1881), na obra *Sociedade Antiga* (1963). Sendo um dos mais importantes trabalhos que mostra minuciosamente a evolução humana, no que diz respeito aos modos de produção: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. Engels observa que a história foi, por muito tempo, conduzida e enxergada como um processo unilateral, partindo das sociedades sem classes para a sociedade de classe, recuando à sociedade sem classes. O trabalho do homem poderia se transformar em objeto de troca e consumo. De acordo com Engels (1987), a função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher ao dar à luz, ajudou na sua subordinação ao homem. Em muito não se aborda, mas a mulher foi sendo considerada mais fraca e sem possibilidade de administrar uma família, exatamente devido ao seu período de recuperação pós dar à luz. Desse modo, é ao homem dada a tarefa de administrar,

devido à força física e poder de mando, assumiu o papel autoritário dentro da sociedade, enquanto a mulher foi oprimida.

Em *Agnes Grey* é denunciada a triste vida das preceptoras/governantas, em um cenário literário oitocentista, destacando a insatisfação e a repulsa, de uma voz que não é ouvida, de modo que às mulheres da época lhes era proibida a escrita. Mulher não escrevia, nem podia publicar nada. Seus descontentamentos eram guardados para si. Por tratar-se de um romance social, *Agnes Grey* rebate seguidamente o que não a alegra, desde o comportamento superprotetor de sua família até a forma de educar os jovens/crianças nas casas que trabalhou, sendo sempre reprimida, não só pela patroa, mãe dos chamados “pupilos”, como também pelo esposo. A figura do homem, na obra, vem sempre muito regada de agressividade, grosseria nos comportamentos e nas palavras, o que torna Agnes Grey indefesa e triste ao mesmo tempo, pois se sente incapacitada de saber lidar com aquele tipo de situação que se faz recorrente em toda a obra. Desta forma, a questão da mulher é de fato amplamente debatida não só na questão social no século XIX, como também na parte literária:

Às vezes eu me sentia degradada pela vida que levava, e envergonhada por me submeter a tantas indignidades. E às vezes me considerava uma boba por me preocupar tanto por eles, e temia estar carente de humildade cristã ou daquela caridade que “sofre muito e é dócil, não aspira ao seu, não é facilmente provocada, suporta tudo, sofre tudo” (Brontë, 2015, p. 112-113).

Através da procura da profissão para tornar-se suficiente, Agnes também busca emancipar-se e ser independente, numa tentativa de provar à família que “a pequena Agnes” é mais capaz do que julgam. Langland (1989) salienta que Agnes Grey é também uma personagem distinta das demais da sua época. Agnes Grey parece ter bem presente a situação legal precária da mulher vitoriana de classe média casada e, portanto, reconhecer a vantagem de se manter solteira. Embora acabe por se casar com Weston, pretende viver o afeto de uma forma mais controlada e, hipoteticamente, tenta moldá-lo também aos seus padrões morais e de conduta, agindo como verdadeira companheira de vida. A este tipo de comportamento, se faz necessário enxergar que a mulher vitoriana não se comportava desse modo, uma vez que não se colocava em posição de modificar o que havia sido instituído pelo marido, pois estaria o contrariando. Já Agnes Grey faz questão de mostrar o contrário na sua obra: a mulher vai atrás dos seus direitos, torna-se assídua em questões que diziam respeito somente à sociedade masculina e patriarcal.

Segundo Steve Davies (2010, p. 22) enfatiza, a obra de Anne Brontë reflete a utilização da autobiografia ficcional, cujas raízes derivam da narrativa confessional Vitoriana e que se

caracteriza pelo valor atribuído à autenticidade e à ética de trabalho. Davies (2010) afirma ainda que *Agnes Grey* (1847) apresenta ao leitor uma abordagem feminista à ética profissional que confere ao trabalho uma importância no limbo do sagrado. Em muitos momentos na obra, são observados apontamentos feitos por Agnes Grey que demonstram traços de realidade, como se fosse a própria Anne Brontë escrevendo sobre si e o que passou e enfrentou na sociedade deturpada de ideologias distintas.

Para Langland (1989), mesmo que Anne tenha levado em consideração suas experiências pessoais para escrever o romance, não devemos confundir Agnes com Anne ou “negligenciar” alto nível de modelagem artística presente no romance publicado, de maneira que o romance teve origem na experiência de Anne como preceptora, no entanto é sabido que à época vivida que era a Vitoriana, o romance estava muito à frente da realidade vivida pela sociedade, já que Anne Brontë, através da sua heroína Agnes Grey demonstra no decorrer da obra: a astúcia em *Agnes Grey* defender os direitos da mulher, ser autêntica e prática nas suas colocações dentro das famílias para as quais trabalhou como preceptora, o romantismo não era tão enaltecido, aparecendo moderadamente minuciosas vezes, quando Agnes pensava no Sr. Weston com alguma lembrança de carinho.

Agnes Grey pode ser considerado um romance autobiográfico em sua concepção, mas a história se direciona para um final romanceado e feliz. Ainda que o final do livro seja o casamento da protagonista, o romance não destaca o matrimônio como um ideal e nem o leitor é levado a acreditar que esse fosse o desejo maior na vida de Agnes, o que torna o romance diferente dos escritos nos séculos XVIII e XIX onde o casamento era a meta principal da heroína da história. Em *Agnes Grey*, tem-se a representação de um romance social, pois Anne Brontë dá destaque a sua protagonista, elencando através de insatisfações da própria Agnes os padrões de conduta e comportamentais da sociedade em que vive, exposição do modo de vida das famílias, incluindo os comportamentos que cada criança/jovem apresenta, como também os diversos tipos de preconceitos e valores que a sociedade Vitoriana julgava/considerava importante manter.

2.2.1. A condição feminina no romance

O romance *Agnes Grey* narra a história de uma mulher em desenvolvimento e, diferente dos romances escritos por mulheres, segue um padrão masculino de expectativas, pois se vê uma protagonista descontente com sua situação na vida doméstica, desejando ganhar experiência mundo afora, diferente da realidade que a sociedade Vitoriana vivenciava na época

oitocentista, visto que as mulheres principalmente, juntamente com suas famílias, ambicionavam em sua maioria a um casamento próspero, com esposos com posse, notoriedade dentro da sociedade e uma vida “feliz”.

Esse desejo por independência e autonomia pode ser observado logo no início do romance, no qual Agnes sonha com os prospectos de uma vida útil:

Como seria delicioso ser uma preceptora! Sair para o mundo; entrar em uma nova vida; agir independentemente; exercitar faculdades sem uso; testar forças desconhecidas; ganhar meu próprio sustento e alguma coisa para confortar e ajudar o meu pai, minha mãe e irmã, além de desobrigá-los da minha provisão de comida e roupa; mostrar ao meu pai que a sua pequena Agnes era capaz; convencer mamãe e Mary de que eu não era a criatura incapaz e imprudente que elas pensavam. E depois, como seria lindo receber a responsabilidade de cuidar de crianças e educá-las (Brontë, 2015, p. 33-34).

À época em que *Agnes Grey* foi escrita, a maioria das mulheres cabia aprender apenas o básico: costurar, cuidar da casa, cozinhar, poucas tinham uma formação mais completa, que incluísse, por exemplo, o latim. Agnes e sua irmã Mary foram educadas pela mãe, que por vir de uma família rica, era muito preparada e bem-informada, no entanto, como já elucidado, a condição do feminino era limitada ao que a mulher podia fazer e até falar, pois vivia-se em uma realidade em que eram condicionadas a limitações, sem espaço para expressarem-se, demonstrar suas vontades, sua maneira de pensar e isso perpetuou-se ainda por um período considerável. A mulher era preparada para se casar, ser uma boa esposa que cuidasse com exímio do lar, dos filhos e do marido. A princípio era esse o papel da mulher que se exhibe ao longo do romance *Agnes Grey*. Encontrar outras possibilidades de ação no mundo era muito difícil para uma mulher, pois se esperava socialmente que ela encontrasse um parceiro com qualidades superiores às dela, somente assim poderia ser considerada bem-sucedida pela sociedade.

No capítulo XVII, é destacada a questão sobre o casamento “arranjado”, sem amor. Apenas por conveniência, uma vez que a negociação é feita pela família da Srta. Rosalie Murray, que tinha apenas seus imaturos dezessete anos de vida e achava que se casando estaria livre das ordens dos pais, dos horários que deveria cumprir dentro de casa, como horários de janta, chás da tarde, e, usava a sua beleza para encantar os rapazes da redondeza, no entanto, foi com o Sr. Thomas que se casou. Nesse espaço de tempo, Agnes Grey mostra a sua preocupação com a jovem Rosalie que iria se casar. Por conta da família Murray, o casamento aconteceria tão logo, sendo que o mais importante foi feito: o pedido de casamento, o que gerou muitas boas expectativas em todos, porém Agnes Grey preocupava-se com o futuro daquela jovem e linda menina, o futuro que era incerto no que dizia respeito à vida a dois:

Parecia algo horrível apressar um casamento inauspicioso e não dar à pobre criatura tempo para pensar e raciocinar sobre o passo tão definitivo que estava pronta a dar. Não fingi o “cuidado vigilante e ansioso de uma mãe”, mas fiquei espantada e horrorizada com a crueldade da senhora Murray, ou seu desinteresse pelo bem da filha (Brontë, 2015, p. 204).

Dando destaque à condição do feminino no romance *Agnes Grey* não se pode deixar de citar que as mulheres eram limitadas, e levando para o lado de aperfeiçoamento, aprendizado, a educação das mulheres foi uma aposta religiosa, política e étnica na Europa, no qual suas fronteiras institucionais e teóricas do saber progrediram, mas levou tempo para que isso de fato viesse a acontecer. No entanto, havia o receio do acesso das mulheres ao saber, gêneros permitidos para as mulheres, como a tradução e os relatos de viagem, foram desenvolvidos gradativamente e, antes disso tudo começar a acontecer, no âmago das mulheres, eram orientadas a ser boas com os afazeres domésticos, para que assim, alcançassem um bom casamento. No caso da Srta. Rosalie Murray, agora Sra. Ashby, foi encomendado de maneira que não existia amor de verdade, era estritamente interesse por parte da família da moça para com a do seu agora esposo, o Sr. Thomas: “O pedido tinha sido aceito, é claro, e o noivo eleito era esperado naquele dia para acertar as coisas com o Sr. Murray” (Brontë, 2015, p. 204). A mulher no romance *Agnes Grey* não conseguia ver além da boa condição econômica que havia adquirido com o usufruto de um bom e sossegado casamento, mas Agnes Grey não enxergava dessa forma, no entanto guardava para si seus pensamentos em relação à união da Sra. Ashby com o Sr. Thomas: “Às vezes Rosalie me mostrava as epístolas do seu amado, para me convencer de que ele seria um marido gentil e dedicado” (Brontë, 2015, p. 205). A menina pupila de Agnes, agora uma Sra. casada, sempre colocou seu senso de valor na fortuna do homem que fosse capaz de a conquistar. Conseguiu o seu propósito que era o de se casar com um homem bem-sucedido. No entanto, veio junto uma sogra ambiciosa, e ele, após o matrimônio, a trata mal e lhe é infiel, rude e beberrão, resultando na sua infelicidade como esposa. Agnes Grey mostra astúcia e praticidade quando analisa o comportamento dos(as) jovens de quem era preceptora e não concorda com absolutamente nada. A formação educacional que recebeu da mãe, das irmãs e do pai lhe fez enxergar muito além do que se passava à época e ela buscava mais conhecimento, embora durante quase toda a sua vida, enfrentasse obstáculos por querer conseguir mais para si e proporcionar melhores condições de vida a sua família.

Elizabeth Langland (1989) refere-se à *Agnes Grey* (1847) como sendo um romance sobre educação em três vertentes: a educação de Agnes; a educação das crianças sob a tutela de Agnes e por fim, a educação do leitor. *Agnes Grey*, à semelhança da sua criadora, recebeu uma

educação acima da tradicional, quando comparada com a educação habitualmente propiciada à mulher Vitoriana de classe média, tal como afirmava a sua mãe: "Seus talentos não são como a filha de todo pobre clérigo possui, Agnes", dizia ela, "e não deves jogá-los fora" (Brontë, 2015, p. 30).

Assim, é possível observar que o desejo de conhecimento de Agnes vai além do que é necessário na época para desempenhar apenas o papel de Anjo-do-Lar no âmbito particular, doméstico. O gosto da protagonista pela educação mantém-se, mesmo quando já não seria considerado tão necessário e Agnes parece ver na educação um instrumento útil para o seu futuro. Esta educação leva Agnes a desejar ver mais do mundo e a emancipar-se. No entanto, não aparenta estar totalmente consciente do desafio que, em breve, lhe será apresentado e que ela considera ser fácil de lidar, até iniciar em seu primeiro trabalho, na casa da família Bloomfield.

2.2.2 A família Bloomfield. Uma referência do patriarcado vitoriano

Após o pai de Agnes Grey, Richard Grey, perder toda a sua fortuna em um naufrágio, a família passou a enfrentar dificuldades financeiras e as preocupações vieram com o tempo. Para suprir as necessidades, as irmãs Mary e Agnes Grey decidem ir em busca de trabalho para ajudar em casa. Mary tinha experiência em pinturas e *Agnes Grey*, apesar de todo o estudo que possuía, tinha o sonho de servir como preceptora em alguma casa de família. A única ocupação de sua mãe era dentro do lar, cuidando do esposo que se tornou enfermo devido a ter perdido suas mercadorias em um naufrágio, ficando com o lado financeiro bastante prejudicado, dando espaço às dificuldades que aos poucos lhe foram tirando o sorriso do rosto, cedendo lugar a uma face triste e decadente graças às dívidas e à pobreza.

A útil carruagem aberta foi vendida, junto com o cavalo bem alimentado – o velho querido, cujos dias, assim tínhamos planejado, terminariam em paz, sem nunca sair das nossas mãos; a pequena garagem de carruagens e o estábulo foram alugados; o jovem empregado e as duas serviçais mais eficientes (por serem as mais caras) foram dispensadas. Nossas roupas foram remendadas, viradas e cerzidas até o último limite de decência (Brontë, 2015, p. 29).

No que diz respeito às famílias Vitorianas, sabe-se que existia distinção entre os papéis do homem e da mulher. O lar Vitoriano funcionava como espaço privado e familiar e era muito diferente da vida lá fora. Da porta para dentro era uma outra realidade a ser vivida. Porém, que não se traduzia em privacidade para a esposa e mãe que deveria receber e entreter seus

convidados assegurando uma, por vezes, cansada e frenética a vida social, tendo que dar conta de tanto. Pouco se fala sobre a falta de experiência da mulher Vitoriana em ser dinâmica em tudo que dizia respeito às tarefas de casa. Essa não sabia lidar em muitas vezes com tarefas simples: a organização do lar, em relação à economia, distribuição de alimentos, bem como na educação dos filhos, e na maioria das vezes deixava nas mãos dos criados da casa e/ou das governantas/preceptoras, e com isso, surgiram os chamados “manuais de ajuda”, visto que além do despreparo para esse tipo de atividade, muitas delas vieram do meio rural, não sabendo realmente ter uma postura certa diante dessas situações, já que as famílias que constituíram, por parte dos maridos, que já seguiam as tradições Vitorianas e suas mulheres não eram acostumadas aos moldes Vitorianos por falta de prática, pois no meio rural não se tinha os mesmos hábitos / tradições que no urbano. Segundo Nicola Humble (2010), a gestão doméstica parece ter sido uma questão exclusiva da classe média durante este período, uma vez que obras dirigidas à classe trabalhadora se focavam na solução de questões básicas e aquelas dirigidas à aristocracia não se debruçavam sobre este tipo de problemáticas.

Esse despreparo é notado na primeira família em que Agnes Grey trabalhou como preceptora: a Bloomfield. Em seus padrões, em especial. É válido ressaltar também as características físicas e comportamentais da Sra. Bloomfield, uma vez que esses detalhes também não vêm à toa no romance e são destacados por Agnes: “A senhora também foi um tanto fria nos seus modos, como descobri quando tive tempo para refletir. Era uma mulher alta, magra e imponente, de cabelos negros, frios olhos cinzentos e pele extremamente pálida” (Brontë, 2015, p. 40). A senhora Bloomfield desde o início deixou claro que não era por ela e sequer pelo seu esposo, a obrigatoriedade quanto à educação dos seus filhos, condicionando a responsabilidade a então preceptora, Agnes Grey, que a princípio acreditava que obteria êxito na educação das crianças.

A caridade e a filantropia andavam juntas no que diz respeito às atividades destas então senhoras casadas que assim obtinham uma mínima possibilidade de alargar a sua participação naquela sociedade cheia de normas que as inferiorizavam. Através da filantropia, a mulher Vitoriana da classe média, organizava e participava em eventos em que a finalidade era reunir monetariamente valores que seriam destinados aos menos favorecidos, visitava os pobres nas prisões, nos orfanatos, nos hospitais e contribuía para amenizar a cotidiana dor dos indivíduos. Entretanto, todas essas bondosas ações não exerciam influências para modificar o que causava a mesma, mas todo este serviço anulava a responsabilidade de dar uma devida criação e educação digna aos seus filhos. Um ponto adverso deste período diz respeito ao comportamento indesejado, mas submisso, que é o da esposa, no que concerne ao aspecto econômico, que a

partir do momento em que se casava, todos os seus bens passariam a ter como dono o esposo. Segundo Perkin (1993), todos os pertences da esposa ou futura esposa passavam a ser controlados pelo marido a quem os filhos pertenciam, deixando a mulher de existir do ponto de vista legal, visto dessa forma a anulação da mulher antes e pós matrimônio.

No que diz respeito à educação dos filhos, considerava-se a figura materna como a principal responsável pela transmissão dos valores morais, aquela que ensina a generosidade, os afetos e que induz os filhos a comportamentos moralmente adequados. Este conceito de educação maternal centrava-se sobretudo na educação moral e não tanto na educação formal; porém, permanece a ideia subliminar de que quanto melhor for a educação da progenitora, tanto melhor será a educação dos filhos e, nesse quesito, via-se as falhas na então família Bloomfield, uma vez que cada uma das crianças possuía seus traços negativos, o que durante sua estadia na casa como preceptora, Agnes Grey nunca conseguiu educá-los corretamente, pois foram mimados pela mãe e, conseqüentemente, o pai se mostrava conivente com as atitudes erradas, principalmente do filho mais velho, Tom Bloomfield, um menino crescido de apenas sete anos, que mostra desde o início um comportamento agressivo e frio diante das irmãs mais novas e para com os animais que tirava a vida e sentia satisfação em fazer isso. Já Agnes não podia se impor como gostaria, pois era proibido usar da força física, o que sequer teria para corrigir de modo mais áspero Tom Bloomfield. Conforme Mary Wollstonecraft (2016) defendia que “homens e mulheres deviam ser educados da mesma maneira e juntos, pois assim ambos os sexos se complementaríamos aperfeiçoariam”. Isso não acontecia, visto que aos homens eram permitidas atividades desde a infância, que às meninas eram proibidas. Por exemplo, o menino não era repreendido pelo pai que se mostrava de acordo com as atitudes erradas. Wollstonecraft (2016) enfatiza ainda que as crianças acabavam adquirindo uma opinião elevada em relação à sua própria importância, tiranizavam os criados, com a aprovação dos pais na maioria dos casos. As crianças eram esquecidas no quesito de receber educação e valores morais sufocadas pelas mães desde o nascimento:

Com algumas discussões petulantes entre irmão e irmã, que fiz o possível para apaziguar ou mitigar, Mary Ann trouxe sua boneca e começou a falar insistentemente sobre suas boas roupas, sua cama, sua cômoda e outros pertences; mas Tom lhe disse para conter o falatório para que eu pudesse ver o cavalo de balanço que, com grande alvoroço, ele tinha trazido do canto para o meio da sala, gritando para que eu o observasse com atenção. Então, ordenando à irmã que segurasse as rédeas, ele montou e me fez ficar dez minutos observando como ele usava masculinamente as esporas e o chicote (Brontë, 2015, p. 44).

Agnes resistia às malcriações de Tom, pois entendia que podia ser momentâneo esse comportamento bruto e essa necessidade grande de chamar a atenção, no entanto, com o tempo, foi percebendo que fazia parte do comportamento do menino ter essas iniciativas e que mais adiante ela tivesse êxito em corrigi-lo. Em contrapartida, aos poucos Agnes Grey se via desgastada e triste por não ter autoridade sobre as crianças, ao mesmo tempo que estava lá na casa dos Bloomfield na condição de educá-los. Segundo Cavendish, *Agnes Grey* é dotada de uma personalidade ética que a faz ter profundas convicções em relação às oposições entre bem e mal, certo e errado. As cóleras da profissão de preceptora são sentidas pela protagonista logo nas suas primeiras experiências com seus chamados “pupilos”. Apesar de viver uma situação difícil, não havia outra opção senão se comportar como se estivesse lidando com estudantes tão cheios de vida como ela e tendo que confessar seu fracasso constantemente, mas sem abandonar a casa em que estava empregada e permanecer suportando todas as humilhações passadas.

Agnes não tem nenhuma admiração por seus patrões. Em seu primeiro posto de trabalho, ao conhecer o Sr. Bloomfield, sua primeira impressão é logo negativa:

Sra. Grey – disse ele -, supondo que a senhorita seja que eu suponho que seja, estou surpreso que tenha permitido que eles sujassem as roupas dessa maneira! Não está vendo como a Srta. Bloomfield sujou o vestido? E como as meias do senhorzinho Bloomfield estão completamente encharcadas? E que os dois estão sem luvas? Meu Deus! Gostaria de lhe solicitar que no futuro os mantenha no mínimo decentes! Dito isso, virou-se e continuou o caminho até a casa. Era o Sr. Bloomfield. Estava surpresa de ele se referir aos filhos como senhorzinho e senhorita Bloomfield; e ainda mais surpresa por ele falar de forma tão grosseira comigo, a preceptora de seus filhos e uma perfeita estranha (Brontë, 2015, p. 51).

Os valores familiares eram extremamente importantes e deveriam ser repassados aos filhos com fervor, já que representavam a moralidade, o respeito, principalmente à figura paterna. A educação dada ainda dentro de casa tinha como objetivo a formação de um caráter sério e zeloso quanto às obrigações da fé que era imprescindível no seio de uma família, já que a ideologia da Igreja estava inserida. O trabalho também era outro ponto a ser destacado e este tinha como figura representativa o homem da casa, o esposo, o pai. A respeitabilidade não era apenas um valor, era uma realidade, embora humanamente oscilante: “O lar era tanto o lugar de culto quanto objeto de culto. O costume, entre as classes médias especialmente, de reunirem a família (incluindo os serviçais) para as orações e leituras da Bíblia tinha um firme propósito de edificação moral e observância religiosa” (Himmelfarb, 1996, p. 56).

Como o homem era considerado o mantenedor da família, cuidava das obrigações do sustento da casa, deixando para a esposa a tarefa de manter a organização da casa, não tendo responsabilidade na educação dos filhos. Era repassada essa missão à preceptora que, exercitava

nas crianças o ato da repetição no intuito de fazer com que aprendessem o que estava sendo ensinado, mas, nesse ponto, Agnes Grey não obteve sucesso já que todas as crianças Bloomfield não a obedeciam visto que, cada uma possuía uma característica ruim não tinham o hábito de obedecê-la e quanto à correção maternal, nunca funcionava. Era apenas o pai que, aos gritos e de forma bem grosseira, conseguia cessar alguma atitude dos filhos reprovativa. Agnes sentia-se incapacitada para conduzir as crianças também pelo fato de a mãe dos pupilos a impedir até mesmo de mencionar os defeitos dos seus filhos, deixando claro que aquele tipo de observação, cairia somente a ela, sendo a mãe, fazer. Em outras palavras, não tinha voz ativa embora estivesse ali para educar:

A Sra. Bloomfield me esclareceu quanto ao temperamento e conhecimentos dos seus filhos, sobre o que eles deveriam aprender, como deveriam ser tratados, e me avisou para não mencionar seus defeitos a ninguém além dela mesma. Minha mãe já havia me avisado para mencioná-los tão raramente quanto possível para ela, pois as pessoas não gostam de ser informadas das falhas dos seus filhos, e então concluí que deveria manter silêncio completo sobre as crianças (Brontë, 2015, p. 47-48).

Os modelos recebidos em casa eram de um pai austero e trabalhador e uma mãe zelosa e fiel, ambas figuras quase beirando a perfeição ou encenando-a da melhor maneira. Por conta disso, as crianças e/ou os jovens sentiam-se inseguros devido a essa divisão de valores dentro do lar, o que afetava diretamente na criação deles. À forma como se conduzia esse modo de educar não era correto, uma vez que se tratava de um falso moralismo, tendenciando o crescimento de problemas sociais, emocionais e intelectuais dentro das famílias, mas em especial naqueles que estavam por receber a educação dada por uma preceptora, em que a mesma encontrava dificuldades quanto à disciplina nos filhos de seus patrões e não era respeitada pelo, cargo que ocupava, e conseqüentemente ao não atingir o resultado que era esperado pelos então patrões, eram severamente criticadas por eles em algo que não era na verdade obrigação das preceptoras: o de educar moralmente os filhos dos outros. O menino Tom Bloomfield exemplifica bem quanto à indisciplina e crueldade desde pequeno para representar a força bruta, impondo respeito por seus feitos. Uma passagem que exemplifica se dá quando Tom bate em sua irmã mais jovem Mary Ann e se reporta à *Agnes Grey* em tom muito calmo, como se não estivesse fazendo nada de errado, após a jovem preceptora reclamar:

-Ora, Tom, você não deve bater na sua irmã! Espero nunca ver você fazer uma coisa dessas.
 -Você vai ver às vezes: sou obrigado a fazer isso uma vez ou outra para mantê-la na linha.
 - Mas não cabe a você mantê-la na linha. Isso é obrigação da...
 -Bem, agora vá e vista o seu gorro.

- Não sei, está tão nublado e frio, parece que vai chover; e, você sabe, acabei de chegar de uma viagem muito longa.
 - Não importa, você tem de vir; não aceito desculpas – replicou o menino presunçoso. E, como era o primeiro dia do nosso conhecimento, pensei que seria melhor fazer-lhe a vontade. Estava frio demais para Mary Ann sair, por isso ela ficou com a mãe, para grande alívio do irmão, que queria toda a minha atenção para ele (Brontë, 2015, p. 45).

Ao comportamento de Tom Bloomfield muito se é atribuído à maneira como se dava a educação inglesa na era Vitoriana, e o menino possuía estes traços de personalidade grosseiro, indisciplinado e sem limites devido a criação que tinha, em que o pai era a autoridade maior, mas não repreendia o filho da maneira correta, enquanto que às filhas era lhes dado um tratamento diferente de disciplina: sempre presente o grito, a forma grosseira de se reportar a elas, bem como a sua preceptora Agnes Grey que, por vezes no romance, condena esse tipo de comportamento vindo de seu patrão, o Sr. Bloomfield, e a sua esposa, a Sra. Bloomfield, era apagada no que diz respeito à educação dos filhos, os deixando sempre sob a sua responsabilidade.

Tom, não contente em se recusar a receber ordens, exigia ser tratado como dominador e manifestava a determinação de manter na linha não apenas suas irmãs, mas também sua preceptora, através de solicitações manuais e podais violentas. E como ele era um menino alto e forte para sua idade, tais solicitações não geravam consequências triviais. Nessas ocasiões, alguns tapas sonoros nas orelhas teriam resolvido facilmente a questão. Mas percebi que ele inventava histórias para a mãe em que ela sempre acreditava, pois tinha uma fé inabalável na veracidade do que ele dizia. Decidi por isso evitar lhe bater, mesmo em autodefesa, e nos seus momentos mais violentos, meu único recurso era jogá-lo no chão de costas e prender suas mãos e pés até que se acalmasse o frenesi. De qualquer modo, eu já sabia que ele não era de forma alguma irrepreensível. À dificuldade de evitar que ele fizesse o que não devia, acrescentava-se a de forçá-lo a de fazer o que devia. Ele em geral se recusava terminantemente a aprender ou a repetir as lições, ou mesmo a olhar o livro. Também nesse caso uma vara de bétula teria sido bem útil; mas como meus poderes eram tão limitados, eu era obrigada a me valer do que tinha (Brontë, 2015, p. 54).

Segundo Gay (1989), os manuais de comportamento e regras de conduta serviam como apoio às famílias Vitorianas, procurando ensinar crianças e jovens a serem virtuosos e moralmente inflexíveis, explicando dessa maneira o comportamento errado das crianças Bloomfield, em especial de Tom Bloomfield. Na família se fazia necessário ter valores, marcando dessa forma a moralidade, os quais eram impostas pelos pais, transmitidos aos seus filhos, através de uma educação. Segundo Gay (1989), este enfatiza que as crianças e os jovens vitorianos aparentavam ser de muito mais idade da que verdadeiramente tinham, porque desde cedo, por conta das punições a que eram habituados a receber quando desobedeciam ao pai, principalmente, estes perdiam parte da sua infância pois eram acostumados a receber castigos severos geralmente dados a adultos. O lar é a primeira e eterna escola onde aprendemos a

praticar o equilíbrio de nossos instintos, a restringir o apetite, a cultivar a afeição, a sublimar nossos eus interiores. O patriarcado Vitoriano vem enraizado de concepções que beneficiam quase sempre o homem, conforme afirma Susan Kingsley Kent (1999) em *Gender and Power in Britain*: a ideologia liberal em vigor negava às mulheres a possibilidade de cidadania política contradizendo-se quando, simultaneamente, defendia o dismantelamento do poder da aristocracia e a emancipação da classe média, sem permitir, todavia, que essa emancipação se estendesse às mulheres. Os argumentos liberais utilizados para a exclusão feminina do panorama político, social e económico baseavam-se nas características biológicas da mulher e nas alegadas diferenças de carácter intelectual e emocional entre os sexos, onde o homem sempre se sobressaia.

2.3 A repressão do feminino

A era Vitoriana se caracterizou por seguir ideologias que reprendiam a mulher e a própria sociedade calava sua voz, a ocultava, sem voz, sem vez e muitos são os fatores responsáveis para que tudo isso fosse estendido por anos.

Embora muitos já tenham discorrido sobre a Era Vitoriana e suas características, no tocante à mulher sempre há algo a mais a se falar e a se analisar, visto que por um período longo a figura feminina foi esquecida, sendo subtraída socialmente, moralmente, psicologicamente. A mulher sempre representou algo sem muito interesse a ser discutido, pois não era algo considerado interessante em meio a tantos pontos que mereciam mais atenção e destaque, segundo a sociedade da época. Vivia-se um momento de “explosão”, introdução do “novo” na Inglaterra, descobertas invenções, novas tecnologias, tudo que a Revolução Industrial traria de diferente, mas que nem todos estariam preparados para viver aquele momento de transição e, nesse contexto, a mulher foi sendo esquecida. Para Kathryn Gleadle (2001) é importante que se destaque a influência das ideologias patriarcais no modo de vida das mulheres Vitorianas, como é o caso da personagem *Agnes Grey* que, por ser a filha caçula, era superprotegida pelos pais e pelas irmãs, e persistiu com afinco para que lhe dessem votos de confiança e ela mostrasse que conseguiria um trabalho como preceptora na casa de alguma família, chegando a conseguir e ver que, na prática, era bem mais difícil do que se imaginava. No entanto, não queria se dar por vencida desistindo do trabalho, pois essa atitude conotaria com seu fracasso profissional e ela não queria dar esse desgosto a sua família e suportou várias humilhações, gritos, malcriações e grosserias tanto dos seus patrões, como dos filhos deles. A sociedade Vitoriana era patriarcal, cuja base do modelo familiar se fazia representada pelo matrimônio e o homem era a figura

dominante no plano social, político e econômico, mostrando-se por esses pontos considerados importantes de ser destacados que a ele era voltada toda a atenção já que era o mantenedor do lar, quando já casado. Conforme Susie Steinbach (2013) destaca, a classe média se viu como forte atuante e participante na criação de um conjunto de normas que dava um padrão à mulher Vitoriana através do recurso a uma educação simplista que, predominantemente, a preparava somente para desempenhar o papel de “Anjo do Lar”, trabalhos voltados às atividades domésticas. Notoriamente, na obra *Agnes Grey* se tem o perfil de uma família em que o pai de Agnes era um clérigo da igreja, não era rico economicamente, mas vivia bem com sua família, e a mãe de *Agnes Grey* abdicou da riqueza que tinha por ser de família de ótima condição financeira e escolheu viver na simplicidade e com amor do seu esposo a permanecer com todos os luxos e não se encontrar bem consigo. Cuidava do lar. Esposa dedicada aos filhos e ao marido, não reclamava de nada e quando se viu em situação vulnerável devido à perda dos bens da família no naufrágio, sua resposta de esposa devota foi a de consolar e cuidar do marido, pai de Agnes, que caiu doente e desde então, não se recuperou mais fisicamente, nem economicamente e devido a sua situação enferma, foi o que mais impulsionou a filha *Agnes Grey* ir à procura de um trabalho de preceptora que, mesmo não pagando tão bem, ajudaria nas despesas de sua casa. Havia na sociedade Vitoriana uma ideia enraizada que definia a mulher como ser mais frágil fisicamente, mas intelectualmente (se trabalhada essa condição) superior ao homem, e havia uma separação de poderes entre os sexos, segundo Kathryn Hughes (1993). À mulher não era dada a devida atenção no que diz respeito a sua inclusão socialmente, pois a dominação do homem já era forte no meio em que vivia. A repressão era enorme frente ao patriarcado que já se tinha formado dentro da sociedade Vitoriana e de certa forma era levado em consideração em todos os sentidos, uma vez que o homem desde a sua educação, era ofertada de modo mais completo em relação à que foi oferecida à mulher. Segundo Engels (1987), a dominação do sexo masculino sobre o feminino não diz respeito em uma questão absolutamente natural, mas em uma construção social originada pelo fator econômico, mais precisamente, desde a divisão sexual do trabalho.

No conjunto de valores e conceitos morais do século XIX, uma nova ideia de casamento nascia: o de conveniência. O matrimônio, na verdade, sempre foi a instituição basilar na Inglaterra, e o papel da esposa era fundamental para a constituição da família, a manutenção da ordem familiar e nacional, mas *Agnes Grey* não enxergava no casamento a ideia de liberdade, pelo contrário, ela tinha ideias à frente da época em que se vivia, e o pensamento concernente a um casamento inglês era o de uma prisão, a infelicidade da mulher, pois Agnes não romantizava a união de um casal, como se fazia na sociedade Vitoriana. Ela nutre sentimentos

pelo clérigo da igreja, o Sr. Weston, mas não o romantiza nem o vê como a solução para sua independência, pois ela vai em busca sempre dos seus ideais, embora o cenário histórico da mulher inglesa no século XIX aponte um caráter totalmente utilitarista da condição feminina imposto pela ética vitoriana. A repressão feminina estava presente em todos os lugares. O máximo de capacidade que as mulheres deveriam ter era a de apresentar os valores morais nos filhos, demonstrar autoridade perante os empregados e manter o nome da família sempre conservado na sociedade e por muito tempo essa foi a realidade na Inglaterra.

Apesar do casamento de Agnes no final do romance, seguindo o mesmo caminho de outras heroínas do período que sucumbiam ao casamento como única opção viável, temos o retrato bem-sucedido da Sra. Grey, que depois da morte do marido, se recusa a viver com qualquer uma das filhas e junto com Agnes abriu um internato para garotas. Para Agnes, a mãe desejava viver com independência e ser útil enquanto Deus lhe permitisse:

Não que ela questionasse por um momento sequer os bondosos desejos e intenções da filha, mas afirmava que enquanto Deus lhe poupasse a força e a saúde, ela faria uso delas para ganhar a vida e não ser onerosa para ninguém, fosse ou não sua dependência sentida como um peso (Brontë, 2015, p. 244).

O próximo capítulo consistirá em fazer reflexões da obra *Agnes Grey*, as temáticas que serão abordadas, como também a recepção crítica à obra no Brasil.

CAPÍTULO III: PONDERAÇÕES DA OBRA *AGNES GREY*

3.1. Temáticas de *Agnes Grey*

Antes de adentrar às temáticas, é de grande valia ressaltar sobre o feminismo e como este se deu início, de modo que mais à frente ganhou notoriedade através de pessoas que o defendiam.

Na luta pelos interesses femininos, tem-se a inglesa Mary Wollstonecraft, que no ano de 1792, escreveu um dos grandes clássicos da literatura feminista: *A Vindication of the Rights of Woman* (A reivindicação dos direitos da mulher). Seguiu a ideologia de que a mulher deve ter todos os direitos que o homem, inclusive o de propriedade e liberdade de expressão, bem como o direito à educação, podendo dessa forma aproveitar o seu potencial humano, se libertando da opressão gerada na sociedade patriarcal. Não haveria progresso social dentro da sociedade se a mulher permanecesse reclusa dos direitos e incluída entre a parcela de pessoas destituídas de seus direitos e, conseqüentemente oprimidas. O movimento feminista só passou a fazer parte da realidade social inglesa, a partir dos movimentos desencadeados por volta da segunda metade do século XIX. Marcados por muitas lutas contra a discriminação sofrida pela mulher, de que essa era inferior ao homem. Sustentação no aspecto religioso que pregava o valor da fidelidade ao matrimônio, guias vitorianos promulgados pela própria Rainha Vitória, entre outras ações, ajudaram para que o feminismo se firmasse como um movimento político organizado na Inglaterra e finalmente no ano de 1850, iniciaram petições por meio de advogados, requerendo o status legal da mulher tais como o direito ao voto, à propriedade e educação formal. Conforme Oliveira (2008), a mulher era uma escrava voluntária por não ser conquistada à força e por prestar obediência ao esposo, doando seu corpo inteiramente a ele, como seu legítimo dono. No mais, a seguir será dada ênfase com relação às temáticas da obra *Agnes Grey*.

Como já foi comentado, *Agnes Grey* é um romance escrito e publicado no final do século XIX e são retratados vários aspectos vividos e denunciados pela protagonista Agnes Grey, como, por exemplo, a vulnerabilidade que a figura feminina sofria na conhecida Era Vitoriana, época em que a Rainha Vitória dava as diretrizes para a sociedade daquela época seguir. Eram pensamentos fechados em ideologias, consideradas por Agnes, atrasadas e machistas, pois existia uma linha distante quando são realizadas comparações entre o homem e a mulher da

época. O homem possuía regalias, avanços no modo de viver, nos estudos e para o trabalho. Já a mulher vivia para todos os aspectos de sua vida, regrada, “apagada”, sua opinião não era levada em conta, desejos, anseios. *Agnes Grey* é uma obra de temática realista que vai além da época vivida pela personagem Agnes. É importante destacar as temáticas que serão abordadas nesse capítulo para um melhor direcionamento da análise dos pontos considerados indispensáveis aqui. São elas: social, amorosa, educação familiar e biográfica.

Um fator importante de ser elencado está no fato de que o romance se diferencia de tudo ao que na época em questão era vivenciado, de maneira que há destaque para a trajetória de Agnes: não se define como aquela moça a qual deseja unicamente encontrar o amor da sua vida, enaltecendo o romantismo como muitas jovens da época. Ao contrário, não julga isso como fator primordial, embora em momentos na obra se mostre pensando no Sr. Weston, que no fim do romance se torna seu marido, mas sim desenvolve-se no decorrer da obra como uma pessoa forte e resistente às convenções da época. Pontos fortes dentro do romance são narrados como a trajetória de Agnes, sua resistência, sem exalar rebeldia contra os costumes da sociedade, nem confrontar explicitamente os seus superiores das casas de famílias de classe aristocrática inglesa que trabalhou como governanta. Diariamente lutas internas são travadas na personagem, refletindo com o que acontecia na época: muitos não conseguiam se desgarrar das mudanças que eram nítidas e que aconteciam com furor na sociedade vitoriana. Por outro lado, há os que estavam aceitando ainda que por impulso as mudanças vindas da então Revolução Industrial que impactou tanto positivo, quanto negativamente a classe social. Os questionamentos sobre comportamentos por ela considerados machistas, vindo dos que ela chamava por “pupilos”, como também aos seus patrões, da maneira com que dirigiam o modo de tratar a mulher como um todo: às filhas não lhes eram permitidos muitos modos de comportamento que ao filho homem era, à esposa que não tinha voz para tomar decisões em relação à educação dos filhos como um todo. A última palavra sempre era a do homem e isso o romance através de Agnes, era tentado ser retirado. Considerado um romance feminista fora de época, *Agnes Grey* traz à tona várias reflexões a respeito do que se vivia na época oitocentista, que serão pontuados neste capítulo.

Em *Agnes Grey* a maioria das personagens são mulheres. É feita a análise de suas circunstâncias e comportamentos explicitando ao leitor como eram limitadas suas movimentações nesse contexto e como são representadas no universo ficcional, uma vez que o objetivo era justamente, através de uma obra, mostrar a realidade triste e desvantajosa vivida pela mulher Vitoriana. A esse contexto vê-se na mesma linha de pensamento a obra de Hélène

Cixous, *O riso da Medusa* (2022), em que a mulher precisa entender que não pode permanecer encolhida às sombras do masculino, do que todos consideram como errado esse desabrochar, mas não é:

Ora, o que, antes de tudo, caracteriza este ensaio é ele ser concebido como manifesto, quer dizer, como um texto voltado para uma realidade exterior objetiva, na qual ele busca tornar concretamente palpável a sua crítica. O riso... procura produzir efeitos “históricos”, diz Cixous, por um lado, sobre um meio particular que percebemos ser constituído essencialmente de universitários, críticos, editores e escritores, denunciados de forma violenta como tantos outros agentes de um sistema falocêntrico, e, por outro lado, sobre uma audiência universal, constituída pelas mulheres (mas não apenas), chamadas a ensaiarem uma “escrita feminina” (Cixous, 2022, p. 12).

Em relação com a temática biográfica, *Agnes Grey* tem o objetivo de mostrar a jornada da protagonista, de um período inocente e ingênuo da vida, para a vida adulta até chegar à maturidade que é onde a personagem vai evidenciando vários pontos que buscam visibilidade no decorrer da obra, mostrando através de seu comportamento, seus solitários monólogos, suas insatisfações quando governanta na casa das famílias que trabalhou, com as crianças e jovens que cuidou, nas angústias de ter o sentimento do amor por alguém sem poder externá-lo inicialmente, a discordância com o tratamento dos homens com as mulheres. Esses são alguns dos pontos destacados. “*Agnes Grey* conta uma história de desenvolvimento feminino”. (Langland, 1989, p. 96). Agnes começa o romance como uma jovem inexperiente, mas inteligente. Sua família a começar dos seus pais, não acreditavam que a filha teria capacidade e sabedoria para assumir a responsabilidade de um cargo como a de uma governanta uma vez que exigia além de conhecimento, experiência e pulso para mostrar que possuía inteligência suficiente para ocupar um cargo desses. A esse modo de forçar a ideia de se tornar uma governanta embora não tenha tido experiências anteriores reforçam a ideia de que Agnes Grey buscava revolucionar àquela época com ideias novas, comportamentos diferentes dos das moças daquele tempo e sendo válido ressaltar também que Grey se diferenciava a tudo do tempo em que vivia: atitudes, modos de pensar, reações ao que não concordava marcaram a obra oitocentista. Críticas são feitas pela protagonista no intuito de discordar com a sociedade, reprovando a idolatria nítida de comportamentos que favoreciam sempre os mais aclamados economicamente, desmerecendo a mulher, representada pelas personagens crianças, jovens, adultas e idosa na obra, pois cada uma traz características de lutas para permanecer no meio em que está inserida.

A partir desse ponto, evidencio a temática da educação familiar, em que um fato importante a ser destacado também é com relação ao péssimo comportamento de um dos personagens, o menino Tom Bloomfield. Através dele, *Agnes Grey* chama a atenção para ilustrar de forma reprovadora embora sutil as ocupações nada corretas do garoto que não tem a repulsa dos pais, principalmente do pai, que vê como algo natural o fato de o menino matar os passarinhos, os esmagando com as mãos e nada fazer. Esse tipo de comportamento não gera repressão nem comoção e ainda é incentivado por outro personagem presente na obra: o tio de Tom. Isso se deve à moral das classes aristocráticas e poderosas da época, comportamento muito combatido no romance, pois na maioria das ações praticadas pelos personagens masculinos, a empatia não se faz presente. A classe alta sempre desmerecerá os menos afortunados financeiramente. O desprezo sempre aparece no decorrer do romance, principalmente na função ocupada por Agnes, e que vem dos filhos de seus patrões. Mesmo na posição de governanta que só ocupam este posto pessoas que possuem conhecimento adquirido com estudo, é denunciado o comportamento desdenhoso que Agnes recebe de todos, até mesmo dos outros empregados das casas que trabalhou, mesmo que a função de governanta em comparação às outras ocupações seja superior, ela não recebe um bom acolhimento por onde chega. Isso tudo se deve à diferença de classe social a qual pertence e por ser mulher.

A omissão das famílias inglesas na criação dos filhos é refletida variadas vezes de modo que na obra nos deparamos frequentemente com situações de desentendimento ou problema com as crianças tirânicas e acostumadas a seguir num mau comportamento, Agnes é repreendida por pais que buscam apenas se livrar de seus filhos e evitar qualquer tipo de conflito ou problema educacional.

Comigo, na idade dela ou menos, desatenção ou humilhação eram as punições mais temidas; mas para ela não faziam diferença. Às vezes, exasperada ao extremo, eu a sacudia violentamente pelos ombros, ou lhe puxava os longos cabelos, ou a colocava no canto; e então ela me punia com gritos altos e estridentes que me atravessava a cabeça como uma faca. Sabia que eu detestava isso, e quando já tinha berrado ao máximo, olhava o meu rosto com um ar de satisfação vingativa (Brontë, 2015, p. 58).

Para Anne Brontë, a família é um ponto de partida que lança as fundações da identidade, mas que precisa ser ultrapassada para que essa identidade possa se atualizar. É possível constatar isso na vontade que Agnes Grey demonstra de encontrar um emprego que seria não apenas uma bem-vinda fonte de renda, mas também de afirmação pessoal fora de uma família que, se a mimava, por outro lado, não lhe dava a oportunidade de provar a si e a seus talentos. Na obra conforme os capítulos avançam, são notadas recorrentes críticas

aos comportamentos dos personagens, não deixando de fazer comparações em relação as atitudes dos personagens da classe alta e da classe baixa como já citado anteriormente o menino Tom, sendo o único filho homem da família Bloomfield, tem a permissão dos adultos (principalmente os homens) para praticar maus-tratos em animais; o reitor, vaidoso e superficial que chuta o gato da camponesa Nancy Brown, enquanto o vigário, o Sr. Weston, inferior na escala social, revela sua superioridade moral ao dar carinho ao animal, o mesmo ocorrendo entre outra personagem de classe alta, a Miss Murray (pupila de Agnes), que maltrata o cachorro, enquanto Agnes cuida dele com carinho:

-Você é dos bons! Diabos, esse menino tem coragem. Que um raio caia sobre mim se já vi um maroto mais honroso que este. Já está além do governo das anáguas! Por Deus! Ele desafia mãe, avó, preceptora e todas as demais! Há, há, há! Deixe estar, Tom, amanhã eu acho outra ninhada para você (BRONTË, 2015, p. 81).

Outro cenário para refletirmos está no aspecto explícito sobre o exercício da maternidade nas famílias em que Agnes trabalhava como governanta, que é falho do início ao fim do romance, seja por sua arrogância, seja pela ausência de valores morais, em que as mães por exemplo, falham em dar aos filhos tanto senso de limite quanto afeto e podem estar faltando com a verdade o quanto for no entanto, as mães acreditam sagradamente na versão dada pelos filhos, e nesse quesito Agnes não consegue ter êxito, já que não possui domínio físico e nem moral sobre seus pupilos, o que também lhe era proibido chamar-lhes a atenção, uma vez que era somente uma governante mas ao mesmo tempo era confinado a ela a criação das crianças/jovens. Em *Agnes Grey* são apresentadas mães que se encontram interdidas como mentoras dos filhos. São mães que não conseguem se adequar aos novos tempos, e, portanto, são incapazes de instruir e guiar adequadamente sua prole. Agnes não encontra um caminho para si mesma, mas, ao contrário, volta à situação de filha, após a morte do pai, quando abre uma escola com sua mãe, e se coloca novamente sob a autoridade materna em várias situações quando regressa a sua casa. Assim, a obra se materializa em um profundo sentimento de solidão e falta de pertencimento. Agnes Grey, em sua perseverança para manter uma certa dignidade, muitas vezes se encontra entre dois mundos que a impedem de se tornar completamente feliz. Assim, a governanta percebe que não pode confraternizar com os criados e servas da casa ou fazer amigos dentre os criados, pois isso diminuiria seu status e, assim, levaria sua pobre autoridade a ser ainda mais prejudicada. Isso faz com que a protagonista se encontre em um permanente sentimento de solidão e incompreensão: por parte de sua família, que não compreende a tristeza que cerca a jovem

ou suas dificuldades no trabalho, por parte de seus alunos que tratam sua governanta como qualquer outra criada para rir e, sobretudo, por parte de sua família, que não compreende a tristeza que cerca a jovem ou suas dificuldades no trabalho. A temática social é apresentada por Agnes diante das insatisfações com o contexto vivido e apreciado por ela na sociedade que está inserida, afirmando que é uma protagonista que busca instrução e conhecimento sobre o mundo e esse é o grande referencial em relação a outros romances escritos no século XIX, de modo que levando em consideração a época em que *Agnes Grey* foi escrita e publicada, a Inglaterra vivia e doutrinava um patriarcado reinante e a figura feminina vivia à sombra, não possuindo nenhum prestígio social, político ou econômico, e havia um grito por liberdade que ecoava há algum tempo mas isso demora a acontecer com a mulher, porque não tinha apoio de ninguém e apenas tiveram seu espaço reconhecido embora que enfrentassem muitas resistências vindas da própria sociedade, tardiamente. Esse espaço de tempo fica distante em comparação às inúmeras conquistas obtidas pelos homens. Através de escritos, publicações de obras vindas de mulheres, como *Agnes Grey*, são feitas denúncias sobre situações que incomodam e incomodaram por muito tempo a mulher. Um exemplo que pode ser citado e que se trata de um manifesto, “um grito” é a obra: *O riso da Medusa*, da autora francesa Hélène Cixous. A obra trata-se de um manifesto com o objetivo de fazer a desconstrução da figura da mulher, quanto aos seus aspectos, às características que foram moldando a mulher através do que a sociedade ditava entre o certo e o errado e a colocou como “padrão”, que seria aquela imagem construída e quem não fosse ou seguisse aquela ideologia era descartada como alguém fora do meio que o cerca. *O riso da Medusa* se constrói como uma crítica real aos padrões impostos à mulher, com um vocabulário objetivo, buscando surtir efeitos à medida que fosse lido. A maneira como Anne Brontë escreveu o romance *Agnes Grey*, no fim do século XIX e mais de um século após Hélène Cixous escreve a obra *O riso da Medusa*, dedicando à Simone de Beauvoir e à luta das mulheres e em 1975 o publica, é possível fazer apontamentos de que a problemática que envolve as dificuldades que a figura feminina enfrenta, são de muito tempo, por mais que tenham aparecido escritoras, defensoras da mulher, muito ainda deve ser feito, pois esse preconceito e mentalidade que não mudam em relação à mulher ainda se perdurará por muito tempo. Cixous assim como a protagonista, *Agnes Grey* mostra seu manifesto. Suas denúncias tentam atingir a modo de propagação da mensagem, o maior número de pessoas possível:

Ora, o que, antes de tudo, caracteriza este ensaio é ele ser concebido como manifesto, quer dizer, como um texto voltado para uma realidade exterior objetiva, na qual ele

busca tornar concretamente palpável a sua crítica. O riso... procura produzir efeitos “históricos”, diz Cixous, por um lado, sobre um meio particular que percebemos ser constituído essencialmente de universitários, críticos, editores e escritores, denunciados de forma violenta como tantos outros agentes de um sistema falocêntrico, e, por outro lado, sobre uma audiência universal, constituída pelas mulheres (mas não apenas), chamadas a ensaiarem uma “escrita feminina”. O famoso enunciado “Vamos mostrar a eles nossos sextos”, retomado de modo imediato e espontâneo pela célebre artista norte-americana Nancy Spero, pretende virar de pernas para o ar a ordem estabelecida, exibindo uma vontade propriamente carnavalesca de perturbar o código da boa moral. A questão fundamental assim colocada é a da aceitabilidade por todos os “novos velhacos” (expressão que remete à história de Suzana no livro bíblico de Daniel, daquilo que Cixous nomeia “o continente negro”). A fórmula, emprestada de Freud em referência à sexualidade feminina, designa aqui esta parte obscura abominada pelos campos sociais nos quais se exerce a dominação masculina, e, de modo amplo, por toda “metrópole”, instituindo-se ao centro de um espaço geopolítico centralizado e hierarquizado (Cixous, 2022, p. 11-12).

Com a escrita, tanto Anne Brontë quanto Hélène Cixous, dentre outras escritoras, aos poucos vão quebrando os paradigmas impostos pela sociedade e a mulher começa a ser visada da forma de como deveria ser há muito tempo. Cixous com a publicação de *O riso da Medusa* decreta o fim da decapitação do mito, deixa de ser uma ideia fechada e passa ser visualizada e entendida, mesmo que inicialmente de modo metafórico, que a mulher necessita ressurgir, reescrever-se e dessa maneira fazer com que outras mulheres se aproximem dos seus corpos, de suas razões:

Eu falarei da escrita feminina: do que ela fará. É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto foram de seus corpos, pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo mortal (Cixous, 2022, p. 41).

A escrita direta e seca demonstrando insatisfação com a situação da mulher é exposta frequentemente nas obras, e é válido ressaltar que em *Agnes Grey* existe o isolamento da jovem Agnes que pode ser compreendido devido aos problemas que vem enfrentando como a situação financeira crítica de sua família, a doença de seu pai, a frustração que agora na prática enxerga de perto trabalhando como governanta e sentindo que não é como imaginava ser. Isso faz com que a protagonista se encontre em um permanente sentimento de solidão e incompreensão que vem de todos os lados: de sua família, dos seus patrões, das crianças/jovens que cuida, dos demais empregados da casa. Neste contexto, também pode ser inserida a sociedade que deturpa a figura da mulher e já a tem moldada, excluindo sua essência, sentimentos, opiniões. A sociedade que valoriza as mulheres apenas em termos do casamento que elas podem obter. Como consequência de toda essa frustração que passa, Agnes decide isolar seu coração do resto, se tornando uma jovem fria e solitária. Percebe-se nas atitudes e palavras de Agnes principalmente quando se encontra na solidão e ao mesmo tempo uma

paz em poder tomar o seu chá, sozinha. Nota-se amargura nas suas palavras que vêm da insatisfação que sente em seu ambiente de trabalho.

Esse isolamento tão presente no romance ocorre não apenas de forma compreensível dentro da evolução da personagem devido ao abuso verbal do qual ela faz parte, mas também como efeito lógico do afastamento a que Agnes foi submetida desde a infância: tanto como mulher, impedindo-a de fazer parte da sociedade quanto de ser protegida até se casar, quanto ao simples fato de ter crescido no campo, deslocado da vida turbulenta em sociedade.

Um tema não menos importante que os já mencionados anteriormente se faz no convívio e na dificuldade de relacionamento entre Anne e a irmã Charlotte. Essa indiferença é apresentada na obra *Agnes Grey* de forma sucinta. Na realidade, Charlotte carregava o fardo de cuidar desde os seus cinco anos das irmãs mais novas, Emily e Anne, era professora na escola em que Anne passou alguns meses estudando, odiava o seu trabalho, não suportava as crianças, e evitava de ver Anne para não criar vínculo afetivo. As cansativas e rotineiras obrigações fizeram de Charlotte uma pessoa rígida, prática e amarga ao mesmo tempo. Não demonstrava sinais de sentimento para nada e com os seus sintomas depressivos se agravando, teve de regressar à casa, onde Anne já tinha voltado a morar também. Os conflitos entre Anne e Charlotte continuaram embora não se tenham registros sobre revides de Anne para com Charlotte. A frustração de Charlotte está pelo fato da responsabilidade que teve que abraçar por longos anos na sua infância realizando o papel que era da mãe que morreu quando ainda eram muito novas. Anne era considerada muito bonita e muito tímida também, mesmo assim, tinha desenvoltura para construir diálogos com as pessoas e isso também era um dos fatores que somavam para as desavenças com Charlotte que enfrentava momentos depressivos, no entanto, o motivo maior que causou danos à relação das duas irmãs foi o amor não vivido de Anne em que Charlotte mantinha o sentimento de afeto pelo mesmo rapaz. Falarei sobre a temática do amor muito presente em *Agnes Grey* e que possivelmente Anne Brontë insere na obra esse amor, porém ele é concretizado, diferentemente do que ocorreu na vida da autora.

O nome do rapaz por quem Anne Brontë se apaixonou é William Weightman. Era o chamado “cura”, que condiz a um tipo de assistente paroquial do clérigo. William era acessível a todos da comunidade, dono de uma grande beleza física e sempre de prontidão em ajudar a todos. A essas características pode-se comparar ao personagem de *Agnes Grey*, o Sr. Weston por quem Agnes se apaixonou a partir do momento que observa sua bondade em ajudar aos mais

necessitados: idosos, doentes, fazendo visitas a suas casas, levando-lhes comida, doando algumas horas de conversa, sereno na fala, atencioso, entre outras boas ações. O Sr. Weston certamente é o personagem que manifestou na realidade o amor não vivido de Anne e o amor não concebido à Charlotte, que foi rejeitada e teve mais ainda seu sentimento de revolta ao descobrir que William preferiu contemplar sua irmã mais nova, Anne Brontë, no entanto, Weightman morre precocemente aos seus 28 anos, acometido por cólera, contraída de um membro da paróquia que havia visitado. William por ser muito bem-querido por todos que sempre ajudou, teve o seu cortejo pago pelos frequentadores da paróquia, para ter um funeral e enterro dignos.

3.2 Recepção crítica de *Agnes Grey*: da sua publicação à atualidade

É sabido que a opressão à mulher vem de muitos anos sendo alvo de ataques de todas as formas, sejam elas físicas, psicológicas ou morais e até que a imagem da mulher modificasse perante uma sociedade que julga e oprime, muitos acontecimentos tiveram que existir de fato na Inglaterra e no mundo também, para que essa concepção errada mudasse um pouco e um desses acontecimentos, por exemplo, que é o objeto de estudo e análise dessa pesquisa, é a obra *Agnes Grey*, de Anne Brontë, que, diferente dos escritos da época vivida pela autora, a era Vitoriana, se empenhou em contar a realidade que na Inglaterra era vivida, denunciando vários pontos que discordava, destacando também a temática amorosa, onde enfatiza sua insatisfação em relação ao modo de como a mulher era tratada e não menos importante assinalar que o núcleo do romance estava na figura do feminino: na mulher Vitoriana, aquela que não dispunha de muitas opções após atingir a maioridade e dependendo de sua classe social, seu destino era certo: ou virava governanta em alguma casa de família aristocrata ou a família casaria a jovem com algum rapaz com situação econômica muito boa, realizando assim uma espécie de venda da mulher, em troca de um sobrenome, estabilidade a ela e a sua família, e em contrapartida, teria um casamento infeliz em todos os sentidos, como é explicitado na obra *Agnes Grey*, através da personagem Rosalie Murray, uma das pupilas de Agnes, se tornando Ashby Park que se casa com Thomas Ashby. Homem de ótima condição financeira, mas péssimo esposo, tem o vício da bebida, não respeita sua esposa no matrimônio e age pior quando descobre que a esposa está grávida de uma menina, renegando-a, porque preferiria um menino. Neste ponto Anne Brontë também enfatiza a predileção pelos filhos homens, já reascendendo sua aversão à questão do patriarcado que era muito forte no fim do século XIX. Agnes em conversa com

Ashby Park consegue perceber no tom da conversa entre elas o sentimento de arrependimento em ter se casado por dinheiro e conforto de um lar:

- Detesto aquele homem – sussurrou minha anfitriã com ênfase mordaz quando ele se afastou trotando.
- Quem é ele? – perguntei, sem querer supor que ela falasse do marido.
- É o Sr. Thomas Ashby – respondeu ela com uma calma lúgubre.
- E você o detesta, senhora? – pois estava muito chocada para lembrar seu nome naquele momento.
- Detesto, sim, Srta. Grey, e também o desprezo! E se você o conhecesse não me culparia.
- Mas você o conhecia antes de casar-se com ele.
- Não. Eu só pensava que conhecia. Não sabia nem a metade do que ele realmente é. Sei que você me avisou contra o casamento, e quisera tê-la ouvido, Mas agora é tarde demais para lamentar. E, além disso, mamãe devia saber mais que qualquer uma de nós, e ela nunca disse nada contra o casamento, muito pelo contrário; e depois, eu acreditava que ele me adorava e me daria tudo o que eu queria. De início ele fingiu que o faria. Mas agora não me dá a menor importância. (BRONTË, 2015, p. 262-263)

Agnes Grey combate essa repressão à mulher de modo que transmite sua insatisfação com o que acontece a sua volta e em sua realidade nada boa, chamando a atenção através das duras críticas e modo de falar, que, apesar da pouca idade, aprende a enfrentar as adversidades que surgem diariamente no seu ambiente de trabalho e mesmo que cansativas sejam as situações, ela não se dá por vencida e essa sinceridade extrema na obra é o que faz com que os críticos da época não tenham dado tanta atenção como às obras das irmãs Charlotte e Emily Brontë, respectivamente, pois fugia ao que se era escrito na época.

À época em que o romance *Agnes Grey* foi publicado, no ano de 1847, ele fazia várias denúncias a maneira como a mulher era tratada e o cenário literário inglês ainda não havia se firmado com relação à literatura feminina, visto que muitas delas ainda estavam relegadas à esfera privada, e poucas tinham acesso à vida pública e social, sobretudo as que eram de classes menos favorecidas, desse modo, então *Agnes Grey* surge em meio a um cenário inglês totalmente oposto ao que era vivido na Inglaterra, e essa realidade escrita de forma até que grotesca, chocou os leitores da época, de modo que a sociedade inglesa era e estava acostumada ao comodismo e neutralidade da mulher diante da sociedade em que estava inserida. Para compreendermos a ideia defendida em *Agnes Grey*, será feita uma sucinta comparação com a obra da também romancista inglesa Jane Austen (1775-1817), para que compreendamos a distância de ideologia em relação à mulher, de uma obra com a outra, onde nesta a linha de raciocínio era de que as jovens eram criadas desde pequenas com a intenção de se tornarem

“casáveis”, ou seja, de serem capazes de manter a atmosfera familiar leve (não criarem perturbações para seus maridos), sendo quase que completamente ignorantes em assuntos políticos, econômicos e sociais e, ao mesmo tempo, altamente dependentes de seus cônjuges, incapazes de fazer uma escolha que não fosse relativa à casa e à família.

Como se observou, o cenário histórico da mulher inglesa no século XIX aponta um caráter totalmente utilitarista da condição feminina imposto pela ética Vitoriana. As senhoras da época eram verdadeiras “rainha do lar” e praticamente existiam para a função da reprodução, companhia de eventos sociais e administração do lar. O máximo de capacidade que as mulheres deveriam ter era a de inculcar os valores morais nos filhos, demonstrar autoridade perante os empregados e manter o nome da família sempre conservado na sociedade. *Agnes Grey* em sua recepção obteve muitas críticas na época da sua publicação, pois mostrava a realidade da inferior situação da mulher, e um dos fatores importantes da perspectiva feminista é apontar para outra ótica de leitura, destacando, dentre outros, a conotação negativa que há por trás das ideologias impostas pela cultura patriarcal. Naquela época isso foi considerado como uma afronta, pois apesar de tratar-se de uma denúncia, chegou a ser criticada por conta da sinceridade que tinha nas palavras, no discurso. Como discutido por Miller (1986), as condições sociais das mulheres foram transferidas para os textos ficcionais, atribuindo inúmeros estereótipos ao sexo feminino. Ainda sobre críticas após a publicação de *Agnes Grey*, para Langland (1989), mesmo que Anne tenha levado em consideração suas experiências pessoais para escrever o romance, não devemos confundir Agnes com Anne ou “negligenciar o alto nível de modelagem artística presente no romance publicado”. Ainda segundo a autora, *Agnes Grey* pode ser considerado um romance autobiográfico em sua concepção, mas a história se direciona para um final romancado e feliz. Ainda que o final do livro seja o casamento da protagonista, o romance não enfatiza o casamento como um ideal e nem o leitor é levado a acreditar que o casamento fosse o desejo maior na vida de Agnes, o que torna o romance diferente dos escritos nos séculos XVIII e XIX onde o casamento era a meta principal da heroína da história.

Cada autor apresenta um posicionamento diferente acerca do romance *Agnes Grey*, no entanto, as críticas são presentes em alguns que entendiam que à época em que se vivia, não era o ideal manifestar-se daquela forma, pois atingia a toda uma sociedade que já era acostumada ao comodismo e aceitava tudo o que lhe era imposto e no momento que a mulher se impusesse com sua opinião, seria como enfrentar problemas com os homens, já que haveria discordância de opiniões.

Conforme Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo* (2009) aponta que a mulher, ao empreender-se em uma obra, se entrega generosamente a ela, considerando-a frequentemente um ornamento de sua vida que lhe permite exibir publicamente sua própria pessoa. Ainda que fale em termos gerais, falará sobre si. É necessário, no entanto, que essa fala seja sincera e que contribua com o livro. No entanto, o mais importante é compreender que “ela não revela em seus escritos sua experiência autêntica e sim um ídolo imaginário construído com clichês” (p. 162). Essa reflexão crítica de Beauvoir é ponto de partida para compreendermos o romance *Agnes Grey*. Narrado em primeira pessoa, é um romance que mostra a formação de uma mulher instruída, independente e, acima de tudo, ciente e realista. Agnes é uma protagonista que busca instrução e conhecimento sobre o mundo e esse é um grande diferencial em relação a outros romances escritos no século XIX.

Para Simone de Beauvoir (2009), “a partir do momento em que se livra de um código estabelecido, o indivíduo torna-se um revoltado”. Uma mulher, portanto, que não tenha a intenção de escandalizar e quer se valorizar socialmente, deixará de viver sua condição de mulher para que assim possa ter seu próprio êxito profissional. É o momento em que as escritoras começaram a fazer uso dos pseudônimos masculinos, como foi o caso das irmãs Brontë, que expressavam suas ideais nas suas obras. Em contrapartida, a única a escrever destacando a realidade, foi Anne Ihe rendendo críticas, mas também elogios. Ainda segundo Simone de Beauvoir sobre os limites subjetivos historicamente construídos, a mulher raramente encontra:

Um gosto pela aventura, pela experiência gratuita, uma curiosidade desinteressada; ela procura “fazer carreira” como outros constroem uma felicidade; permanece dominada, investida pelo universo masculino, não tem a audácia de ultrapassar seus limites, não se perde com paixão em seus projetos; considera sua vida como um empreendimento imanente: não visa a um objeto e sim, através de um objeto, ao seu êxito subjetivo (Beauvoir, 2009, p. 168).

São notórias as inúmeras opiniões por escritoras renomadas em relação ao romance *Agnes Grey* de modo que cada um detalha aspectos presentes na obra e que são analisados conforme o comportamento da autora e até da própria personagem Agnes e são mostrados também os caminhos que as mulheres percorrem até chegarem na parte da escrita, uma dolorosa escrita uma vez que por muito tempo o preconceito foi enfrentado de maneira mais humilhante possível. Beauvoir (2009) salienta ainda que, apenas o trabalho pode assegurar à mulher uma liberdade concreta, pois quando uma mulher é sustentada, ela não consegue se libertar de sua condição de vassala, já que não lhe é permitido fazer o que quer que seja, se obstinando então

“na impossível procura do ser através do narcisismo, do amor, da religião”. No entanto, a autora enfatiza que se libertar economicamente não faz da mulher um ser moral, social e psicologicamente idêntico a um homem, pois “ela não tem atrás de si o mesmo passado de um rapaz; não é considerada de maneira idêntica pela sociedade; o universo apresenta-se a ela numa perspectiva diferente”. Dessa forma, a mulher escritora inicia-se como algo novo, apesar dos seus anseios, suas angústias de muito que já passou calada, ela jamais trará no seu interno as mesmas convicções ou situações que um homem traz, porque são vistos e vindos de realidades diferentes.

Já para Mary Wollstonecraft (2016) discute o fato de o intelecto ser importante a uma mulher. Mulheres superiores, como as cortesãs gregas, acabavam “reunindo os homens talentosos a seu redor”, os arrancando de suas famílias. Segundo a autora muitos cidadãos teriam “ficado em casa se suas esposas tivessem juízo ou as graças que resultam do exercício do entendimento e da imaginação” (p. 199). Ainda segundo Wollstonecraft:

Uma mulher de talento, se não for absolutamente feia, sempre conquistará grande poder, suscitado pela fragilidade de seu sexo; e na mesma proporção em que os homens adquirem a virtude e delicadeza pelo exercício da razão, eles procurarão essas características nas mulheres, mas elas só podem obtê-las do mesmo modo que os homens (Wollstonecraft, 2016, p. 200).

Se Agnes Grey toma uma posição, é a de que um romance deve entreter e instruir. Mas para Anne Brontë, uma instrução válida vem rigorosamente do compromisso inabalável com a representação da verdade. Por isso, qualquer instrução que venha do romance é resultado da representação da vida cotidiana de uma preceptora com o máximo possível de detalhes. A autora, a partir da história de Agnes, mostra o que faz a profissão de preceptora tão intolerável: ter responsabilidade total por alguém que nunca vai se curvar a sua vontade. Apesar da enorme demanda de trabalho e energia que lhe era exigido, pouca autoridade ela tinha para cumprir com essas responsabilidades. Seu sucesso, portanto, seria medido por sua capacidade de se ajustar às limitações que lhe eram impostas.

Segundo Cavendish (2015), o romance de *Agnes Grey* pode ser considerado antirromântico, no entanto seu relato sobre a vida de uma jovem preceptora é feito “com competência e realismo em tão minuciosos detalhes que o transformou numa espécie de romance noir”. Ainda segundo a autora, por meio da personagem Agnes, Anne ilustra com maestria o dia a dia de uma preceptora, fazendo uma descrição “sem exageros e destituído de autopiedade, quase como se o sofrimento não a atingisse”. Seu relato frio e detalhista “resulta

em maior verossimilhança, maior nitidez do espaço, e maior adequação à recepção do leitor contemporâneo que já ultrapassou no tempo e nos transportes, os exageros do romantismo”

Tanto *Agnes Grey* como *Jane Eyre* relatam, de formas diferentes, os eventos da vida de uma governanta, o que levou algumas pessoas a assumirem que o primeiro se tratava de uma versão inicial do segundo. De uma maneira geral, as críticas não foram boas, mas foram melhores do que as do segundo romance de Anne: *A Inquilina de Wildfell Hall*, que à época foi desprestigiada por ser considerada pelos críticos como vulgar e de linguagem grosseira, imprópria para a época e que conta a história de Helen Graham, uma jovem mulher que, contra os sábios conselhos da tia, decide casar-se com Arthur Huntingdon, um homem de escrúpulos duvidosos que quase arruinou a fortuna na família no jogo e na bebida. Trata-se de uma crítica às opções abertas às mulheres no século XIX, tema que Anne já tinha abordado em *Agnes Grey*, embora de maneira diferente, *A Inquilina de Wildfell Hall* é hoje apontado como uma das primeiras obras feministas.

Na literatura inglesa, o romance de Anne Brontë não teve tanta relevância em relação ao de sua irmã Charlotte, mas teve na Inglaterra críticas em relação à forma como a obra foi construída. Já no Brasil, é importante destacar o nome da autora, escritora e professora universitária nos Estados Unidos, especialista em língua e literatura sul-americanas, Cristina Ferreira Pinto, que estuda o processo de transformação da sociedade e da mulher no Brasil, é pesquisadora da contribuição feminina na criação literária, também efetua uma discussão bastante original em nossa crítica e realiza uma análise da evolução do Bildungsroman, considerado como gênero ou subgênero narrativo de caráter híbrido, trazendo a narrativa do comportamento e transformação do herói em face aos eventos vividos no mundo exterior. Se interessou pela literatura das Brontë chegando a fazer alguns estudos sobre as obras de Emily, Charlotte e Anne, dando atenção às personagens e de suas respectivas obras, fazendo análise particularmente do feminino, que por sua vez, encontra problemas nas suas protagonistas enquanto lutam contra o aprisionamento de sua infância e esse problema, Pinto visualiza nas personagens infantis e juvenis, que são incomuns nas obras, destacando *Agnes Grey*. Cristina Ferreira Pinto remonta às várias possibilidades e finalidades do Bildungsroman protagonizado e escrito por homens e questiona o porquê da “quase total ausência da mulher como personagem central” (Pinto, 1990, p. 12) no gênero. A distribuição dos diferentes contextos materiais nos quais as personagens crianças ou infantilizadas estão inseridas é um fator que seria, também, decisivo para se entender suas distintas vulnerabilidades. Para além disso, esses contextos seriam essenciais para se compreender o que seria visto como uma criança no século XIX.

Dando destaque a essas afirmações, Ginger Frost também pontua que não há um tipo único de criança vitoriana, mas sim diversos desdobramentos de tipos de crianças que viveram nesse período em diferentes situações de infantilização (Frost, 2008, l. 192) – o que refletirá em suas precariedades. Sandra M. Gilbert, conhecida por seus trabalhos no campo da crítica literária feminista, teoria feminista e crítica psicanalítica, vai além e propõe, assim como Ferreira Pinto, “um Bildungsroman particularmente feminino no qual problemas encontrados pela protagonista enquanto ela luta, contra o aprisionamento de sua infância, em direção ao quase impensável objetivo da liberdade na maturidade são sintomas das dificuldades” (Gilbert, 2001, p. 484). É, portanto, seguindo essa linha de raciocínio que Ferreira Pinto irá afirmar que “o ‘mundo exterior’ responsável pela formação do herói do ‘Bildungsroman’ seria, no caso da protagonista feminina, os limites do lar e da família, não havendo margem para o seu crescimento interior” (Pinto, 1990, p. 13). Através dessa linha de análise, Pinto inicia seu campo de pesquisa em relação às personagens das Brontë, principalmente no que diz respeito ao péssimo comportamento das crianças e jovens, como já foi citado anteriormente e em sempre ser presente a indisciplina, a soberba, o não cumprimento das ordens, nem dos seus pais e nem de suas governantas, tornando-se a essas últimas verdadeiros fardos.

Ler a obra de Anne Brontë é se deparar com uma rede cuidadosamente tecida. Os fios entrelaçados nos mostram uma teia construída por diversas e diferentes camadas sociais, gêneros e idades, bem como o desconforto gerado pelo encontro desses diferentes fios. A confecção desses intrincados tecidos foi atravessada por ondas de mudanças sociais na Inglaterra do século XIX.

Outro nome que deve ser elencado é o de Márcia Cavendish Wanderley, professora atuante na Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Dentre os temas que pesquisa estão: Shakespeare, drama e poesia, e na prosa de ficção feminina no Brasil pós 64, literatura brasileira, feminismo e discurso feminista na literatura. Publicou vários livros, dentre eles *A Voz embargada: Imagens de mulher em romances brasileiros e ingleses do século XIX* (1995). Nesse contexto, Wanderley mostra que tem preferência pela obra *Agnes Grey* para analisar, de modo que em um dos seus ensaios, já pontuou que Anne Brontë, escritora do século XIX, foi ignorada pelos cânones literários brasileiro e inglês, e no início de uma de suas pesquisas sobre Anne Brontë, começa usando como epígrafe um texto epistolar de Charlotte Brontë, reconhecida pela crítica como marco da literatura feminina do século XIX, na Inglaterra e em todo o mundo. Wanderley dá ênfase que a grandeza das obras de Anne Brontë não recebeu a notoriedade que deveria pelo fato de que sua irmã Charlotte enquanto em vida,

encobre vasto material biográfico da irmã caçula, de certa forma por não concordar em partes com a obra da irmã, onde sua linguagem é diferente do que a própria Charlotte Brontë escrevia. Foi de Anne uma espécie de biógrafa à própria revelia. Uma biografia que, por isso mesmo, foi construída através das fímbrias da vida da própria Charlotte e de sua enorme correspondência (quase 300 cartas) com amigas e alguns editores. Nelas surpreende-se o olhar, ora vigilante, ora carinhoso, da irmã mais velha sobre a mais moça, e, como era inevitável, um julgamento sobre sua personalidade. Personalidade cujas características, tais como foram vistas por Charlotte, terminou por ser assumida como a verdadeira pelos estudiosos interessados em Anne.

As imaginações poderosas nos escritos de Anne Brontë que deram origem à *Agnes Grey* não sofreram extinção e, muito ao contrário, parecem ter sido fertilizadas pelas condições adversas de vida: solidão, pobreza, doença paralisante e um trabalho que pressupunha alguma forma de legitimação intelectual e status social, mas que na verdade consistia em humilhação acrescida do fardo de tarefas prosaicas exigidas e religiosamente cumpridas. Esta experiência foi ficcionalmente transformada pelas três em análises profundas da condição feminina emoldurada nesse estamento ambíguo da sociedade inglesa do século XIX: a categoria governanta. Dessa situação triste de vida foi Anne a maior provadora pois esteve durante oito anos de sua vida dedicada a esse trabalho visto por ela como uma tarefa árdua.

O romance *Agnes Grey* foi uma denúncia do que se passava na sociedade inglesa do fim do século XIX, um grito de socorro mostrando as frustrações da mulher e seus desejos, seu íntimo ameaçado de ficar na escuridão caso não mostrasse através da literatura que havia um desejo de se libertar dos erros da sociedade presa em ideologias, em *Agnes Grey* foi encontrada uma oposição entre um tipo de imaginação criativa ligada às fontes de um drama real levado para o livro, dando mais realidade conforme se avançam os capítulos devido também às pressões sofridas por essa mesma sociedade sem espírito à qual aquela imaginação de Anne Brontë devia mesmo tortuosamente se adaptar ou sofrer extinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de *Agnes Grey*, Anne Brontë fez um relato sincero e fiel da vida de uma preceptora. As dificuldades e mazelas da profissão são sentidas pela protagonista logo em seu primeiro posto de trabalho. Apesar de viver uma situação difícil, não havia outra opção senão se comportar como se estivesse lidando com estudantes tão suscetíveis como ela e tendo que confessar seu fracasso constantemente. Ela tinha a opção de voltar para casa, mas isso significava perder a autonomia que conquistou pelo trabalho, apesar das dificuldades encontradas. Através da instrução, Agnes tomou consciência de suas próprias forças, aprimorando seu entendimento e completando sua própria formação. Interessante contrastar a posição da autora sobre a ideia realista que fez do trabalho feminino em relação ao romance de sua irmã Charlotte Brontë, *Jane Eyre*, que conta uma história pouco realista, mas característica dos romances vitorianos da época. É importante destacar que os dois livros contam histórias de preceptoras, mas o romance de Anne se tornou menos atraente devido às soluções pouco realistas, porém convencionais, do romance de Charlotte. *Jane Eyre* conta a história da personagem de nome homônimo, órfã de pai e mãe, que ao longo de sua vida nunca desiste de encontrar a felicidade, ainda que a vida lhe seja cruel.

A narrativa do romance *Agnes Grey* é estruturada para enfatizar a aquisição de independência de Agnes. A figura de homem adequado, o clérigo Sr. Weston, aparece relativamente tarde na história e antes que seus sentimentos por ele ganhem força, Agnes conhece a excelência de seu caráter. Apesar de ser um homem bom, em nenhum momento ele é romantizado, diferente dos heróis construídos nos romances por Charlotte e Emily, não é severo, nem autoritário ou violento. O Sr. Weston é um homem controlado, cauteloso e um tanto sem emoções, mas é determinado no cumprimento de seus princípios e deveres. Anne Brontë evita qualquer idealização romântica da masculinidade, em especial os homens poderosos e com dinheiro, pois neles encontra um grande escopo para o abuso.

A conquista de um novo espaço começa a tornar-se viável, quando aquelas vozes silenciadas passaram a reivindicar educação, cidadania, expressão. Falando a partir de seu mundo, de suas experiências, as mulheres adentraram no fazer literário, tornando-se presença relevante, mas ainda com pouca densidade, uma vez que o reconhecimento e a validação acadêmica não estão consolidados. Nesse sentido, retoma-se à assertiva de Patrocínio (2010, p. 29), quando afirma que a “Literatura Feminina busca a formação de um espaço próprio [...] em que a mulher seja o sujeito do discurso e possa a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios [...] construir sua própria representação”, para, dessa maneira, “[...]”

constituir-se enquanto sujeito discursivo, livrando-se da silenciosa posição de objeto” (Patrocínio, 2010, p. 29). Assim, tanto a literatura produzida por autores da periferia quanto aquela escrita por mulheres constituem espaços nos quais é construída uma representação simbólica, cujo potencial subversivo pode possibilitar a fratura do silêncio dessas minorias e seu reconhecimento pelas e nas instâncias de poder.

Agnes Grey embora tenha sido criticada, não deixou de ter a sua importância dentro da sociedade inglesa da época de maneira que colaborou com as escritoras feministas que ainda iriam surgir e está servindo como objeto de investigação acadêmica e contribuindo para uma análise da condição vivida naquela época, mas que muitas mulheres em pleno o século XXI, ainda vivem esse enclausuramento na vida real.

Ao finalizar esse trabalho de grande importância tanto em questão de enriquecimento cultural, histórico e profissional, é importante salientar que o mesmo agregará em meu campo de trabalho de maneira positiva e a explorar junto aos discentes análises diante das opiniões dadas por eles, trazendo para os dias atuais as temáticas elencadas na obra e conseqüentemente incentivando à análises e comparações do século em que a obra foi escrita para com nossos dias atuais, destacando o que modificou, o que permanece igual ou pouco mudou, haja vista que são assuntos que fazem parte da dinâmica sociedade, trazendo à tona comparações com a Inglaterra do século XIX para com o Brasil do século XXI. Trazendo essa dinâmica voltada para a Disciplina de Língua Portuguesa, também se pode traçar dinâmica na Disciplina de História, construindo paralelamente aulas mais interessantes não só pelo contexto histórico, como também por promover aulas interativas, que prendam a atenção dos alunos. Mais dinâmicas.

REFERÊNCIAS

1. BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. BRONTË, A. Agnes Grey. São Paulo: Martin Claret, 2015.
3. CAVENDISH, Maria. Anne Brontë, a voz esquecida da literatura inglesa. Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero. V.6 n. 01, 2015.
4. CIXOUS, Hélène, 1953 - O riso da medusa / Hélène Cixous; prefácio Frédéric Regard; tradução Natália Guerellus, Raísa França Bastos; posfácio Flavia Trocoli. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. Tradução de: Le rire de la Méduse ISBN 978-65-86719-83-3 1. Ensaio franceses. I. Regard, Frédeéric. II. Guerellus, Natália. III. Bastos, Raísa França. IV. Trocoli, Flavia. V. Título. 21-75117 CDD: 844 CDU: 82-4(44).
5. DAVIES, Steve. ‘Three distinct and unconnected tales’: The Professor, Agnes Grey and Wuthering Heights. The Cambridge Companion to the Brontës. Ed. Heather Glen. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 72-98.
6. ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 200.
7. FOCAULT, Michel. História da Sexualidade 1. A vontade de saber. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
8. FROST, Ginger. Victorian Childhoods (Victorian Life and Times). Westport: Praeger Publishers, 2008. Kindle Edition.
9. GAEL, Juliet. Miss Brontë / Juliet Gael; tradução de Cristina S. Boa – São Paulo: Lafonte, 2011.

10. GASKELL, Elizabeth. *The Life of Charlotte Brontë*. New York: Barnes Noble Classics, 2005.
11. GAY, P. *Educação dos Sentidos: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
12. GILBERT, Sandra M. "A Dialogue of Self and Soul: Plain Jane's Progress". In: BRONTË, Charlotte. *Jane Eyre*. Ed. Richard J. Dunn. Norton 3rd ed. New York: Norton & Co., 2001.
13. GLEADLE, Kathryn. *British Women in the Nineteenth Century*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.
14. HUGHES, Kathryn. *The Victorian Governess*. New York: Hambledon and London, 1993. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>].
15. HUMBLE, Nicola. "Domestic Arts". *The Cambridge Companion to Victorian Culture*. Ed. Francis O 'Gorman. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 221-235.
16. HIMMELFARB, G. *The de-moralization of society: from victorian virtues to modern values*. New York: Vintage Books, 1996.
17. KENT, Susan Kingsley. *Gender and Power in Britain, 1640-1990*. London: Routledge, 1999.
18. LANGLAND, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989.
19. MARTINEAU, Harriet. *How to observe morals and manners*. [S. I.]: Okitoks Press, 1838.
20. MILLER, Jane. *Women writing and writing about men*. New York: Pantheon Books, 1986

21. MORAIS, Flávia Costa. Literatura vitoriana e educação moralizante. Campinas, SP: Alínea, 2004.

MORGAN, Lewis Henry. A Sociedade Antiga. Schwarcz. Companhia das Letras, 2014.
22. OLIVEIRA, Vanalucia Soares da Silveira. A “emancipação” feminina em Senhora de Alencar. 93f. Monografia (Especialização em Estudos Literários). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2008.
23. PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. Escritos à margem: a presença de escritores da periferia na cena literária contemporânea. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
24. PERKIN, Joan. Victorian Women. New York: NYU Press, 1993.
25. PINTO, Cristina Ferreira. O Bildungsroman feminino: Quatro exemplos brasileiros. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.
26. STEINBACH, Susie. Women in England 1760-1914. A Social History, England: Phoenix, 2013.
27. WANDERLEY, Cavendish Marcia. A voz embargada: imagem de mulher em romances brasileiros e ingleses do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995.
28. WOLLSTONECRAFT, M. Reivindicação dos Direitos da Mulher. São Paulo: Boitempo, 2016.

